

APRESENTANDO A FILOSOFIA FEMINISTA DA DEFICIÊNCIA

Autora: Shelley Tremain, PhD¹

St. Joseph Immigrant Women's Centre (IWC), Hamilton, Ontário, Canadá

E-mail: s.tremain@yahoo.ca

Tradução: Luana Adriano Araújo

Universidade Federal do Rio de Janeiro e Westfälische Wilhelms-Universität Münster,
Alemanha

E-mail: luana.adriano88@gmail.com

Alguns membros da comunidade de estudos sobre deficiência provavelmente ficaram intrigados quando a convocação para inscrições para esta edição especial do “Disability Studies Quarterly” (DSQ) começou a circular em várias listas de e-mail, no Facebook e em outras mídias sociais no ano passado². Embora o tom da chamada para submissão de trabalhos parecesse indicar que o tema – “Desenvolvendo a Filosofia e Teoria Feministas a partir da Deficiência” – era, de alguma forma, inovador, arriscado, contencioso e transgressivo, a integração da deficiência na teoria e na prática feminista tem sido discutida e trabalhada desde pelo menos 1988, ano em que Michelle Fine e Adrienne Asch publicaram sua coletânea de referência “Mulheres com Deficiências: Ensaio de Psicologia, Cultura e Política”. Na verdade, Adrienne Asch, Anita Ghai, Alison Kafer, Helen Meekosha, Jenny Morris, Harilyn Russo, Rosemarie Garland-Thomson e eu somos apenas algumas das muitas feministas com deficiência que escreveram sobre: a relação entre feminismo e mulheres com deficiência; como a teoria

¹ Shelley Tremain é uma filósofa feminista com deficiência, branca, da classe trabalhadora, vegana e bissexual que possui um PhD em filosofia pela Universidade de York (Canadá), onde escreveu uma dissertação sobre deficiência e teorias de justiça anglo-americanas. Ela tem se envolvido ativamente nos esforços para diversificar a demografia e o tema da filosofia e da filosofia feminista, especialmente com respeito à deficiência. Ela também publicou amplamente sobre filosofia da deficiência, capacitismo na filosofia feminista, Foucault, racismo, tecnologias genéticas e bioética e é membro do conselho editorial de três das principais revistas em estudos sobre deficiência. Tremain é autora de Foucault and Feminist Philosophy of Disability (2017), que ganhou o Tobin Siebers Prize for Disability Studies, e editor da coletânea Foucault and the Government of Disability (2005, 2015)

² N.T.: o texto está no Prefácio do Vol 33, No 4 (2013) do “Disability Studies Quarterly” - “Special Issue: Improving Feminist Philosophy and Theory By Taking Account of Disability” (Número Especial: Desenvolvendo a Filosofia e a Teoria Feminista a partir da deficiência). Foi publicado com o intuito de apresentar aquele número, fixando, por outro lado, premissas importantes das relações entre feminismo e deficiência.

feminista deve se expandir para incorporar as reivindicações da teoria da deficiência; o potencial que os estudos feministas sobre deficiência têm para transformar o feminismo, e assim por diante. Assim, alguns (ou talvez muitos) membros da comunidade de estudos sobre deficiência podem ter duvidado de que uma publicação futura sobre feminismo/teoria feminista e deficiência seja teoricamente inovadora (para não mencionar, inspiradora e subversiva). Quero salientar, portanto, que esta edição feminista do DSQ é única, inovadora e pode ser diferenciada de outras coletâneas coletivas e edições de periódicos especiais dedicados aos estudos e teorias feministas da deficiência, na medida em que se concentra principalmente na *filosofia* da deficiência e do feminismo, inaugurando o surgimento da *filosofia feminista da deficiência*, que é o termo que cunhei para me referir ao campo de investigação que simultaneamente contribui para e amplia o escopo da filosofia feminista, da filosofia da deficiência (como a tenho chamado) e dos estudos feministas sobre deficiência. Com esses três campos, a filosofia feminista da deficiência compartilha muitos pressupostos teóricos, valores sociais e objetivos políticos, mas dos três é distinta.

A subdisciplina da filosofia feminista se expandiu enormemente nas últimas duas décadas, agora cobrindo toda a gama de especializações (ética, metafísica, filosofia da linguagem, etc.) que são abordadas por meio de todas as várias tradições filosóficas e escolas (analíticas, continentais, indianas, judaicas, africanas, aristotélicas e assim por diante). Feministas inseridas em departamentos de filosofia também se baseiam e influenciam o trabalho de teóricas feministas localizadas em outras disciplinas acadêmicas (bem como o trabalho de feministas que escrevem de fora da academia) a fim de articular: como as relações de poder de gênero são constituídas e sustentadas; como a produção dessas relações de poder no nível micro do sujeito contribui e condiciona a produção de relações de poder de gênero mais sistêmicas; e como essas relações de poder baseadas no gênero - nos níveis micro e macro - estão entrelaçadas e reforçam (por exemplo) o racismo, o classismo, o colonialismo, o imperialismo e o heterossexismo. Na verdade, muitas filósofas feministas acreditam que compartilham mais suposições e valores intelectuais e teóricos com teóricas feministas localizadas em outras disciplinas (e fora da academia) do que com filósofas não feministas em suas próprias disciplinas, e talvez até mais do que com filósofas não feministas que se dedicam às mesmas áreas de especialização que elas.

Apesar das fronteiras porosas da filosofia feminista, distinções entre a filosofia e a teoria feminista (por mais fluidas e contestáveis que sejam) podem, no entanto, ser feitas. O termo *filósofa feminista* é geralmente usado nos discursos da área e em outros discursos acadêmicos para se referir apenas a uma autora feminista com certas credenciais e treinamento conferidos institucionalmente, que pode, assim, ser distinguida de, digamos, uma socióloga, historiadora ou bióloga feminista. As contribuições para esta edição especial do DSQ sobre filosofia feminista da deficiência seguem essa convenção, ou seja, ao longo da edição o termo *filósofa feminista* é reservado para se referir a uma autora feminista localizada em um departamento de filosofia ou a uma autora feminista não localizada em um departamento de filosofia que, no entanto, tem um certificado de qualificação em filosofia. O termo *filosofia feminista* é usado, em toda a edição, para se referir a uma subdisciplina particular da filosofia e ao corpo de trabalho (incluindo argumentos, alegações, teorias e assim por diante) que seus praticantes - ou seja, *filósofas feministas* - produziram; muitas vezes, embora não exclusivamente, se refere ao trabalho que se envolve com argumentos, reivindicações e teorias que outras filósofas feministas e não feministas articularam. Ao longo da edição, além disso, os termos *teórica feminista* e *teoria feminista* são usados de forma mais geral para se referir a, respectivamente, autoras feministas e textos teóricos, afirmações, etc., que não se enquadram nessas categorias mais exclusivas. Uma distinção paralela é feita entre “filosofia feminista da deficiência” e “teoria feminista da deficiência/estudos da deficiência”. Com certeza, nem todos as autoras são filósofas feministas; em vez disso, algumas das autoras incluídas na edição são acadêmicas feministas que escrevem de outras disciplinas e situam seu trabalho no campo inter e transdisciplinar dos estudos sobre deficiência. No entanto, as contribuições dessas autoras feministas também permitiram o surgimento da filosofia feminista da deficiência, na medida em que se engajam de alguma forma com a filosofia; isto é, com uma área da própria disciplina da filosofia, com afirmações que filósofas não feministas fizeram ou deixaram de fazer, com afirmações que as próprias filósofas feministas avançaram, ou com o que as filósofas feministas deixaram de fora de suas análises.

Um dos objetivos desta edição especial é, portanto, cavar um espaço para a filosofia feminista da deficiência, identificando a distinção dessa nova área de investigação, além de suas conexões com outros campos de investigação. Afirmo que devemos resistir fortemente aos esforços de algumas bioeticistas e filósofas feministas e

não feministas para (re)definir e categorizar toda e qualquer pesquisa crítica e escrita sobre deficiência como “bioética da deficiência”, “bioética feminista”, ou simplesmente “bioética” (TREMAIN, 2010). Quando bioeticistas e filósofos feministas e não feministas fazem a suposição e a afirmação redutiva de que todo e qualquer trabalho que se refere à deficiência é, em certo sentido, de natureza biomédica ou bioética - mesmo quando este trabalho aborda principalmente preocupações e questões evidentemente metafísicas e epistemológicas - eles sequestram a filosofia (feminista e não feminista) da deficiência para o domínio da “ética aplicada”, despolitizando-a e remedicalizando a deficiência de maneiras que facilitem sua contínua omissão de análises filosóficas feministas complexas e intersetoriais e, além disso, colaborando com o capacitismo institucionalizado, discursivo e estrutural da área e da disciplina filosófica, de acordo com o qual análises filosóficas da deficiência “não são realmente” filosofia (isto é, não são filosofia “dura”, “central”, ou “rigorosa”). Em outro contexto, Tommie Shelby também apontou que a filosofia afro-americana é diminuída e deslegitimada de uma maneira similar dentro da disciplina de filosofia. Em “We Who Are Dark: The Philosophical Foundations of Black Solidarity”, Shelby (2005) escreve: "Dentro da disciplina mais ampla da filosofia como praticada nos Estados Unidos, a filosofia afro-americana ainda é amplamente marginalizada. Muitos filósofos a consideram como não sendo uma filosofia real. E quando é considerado filosófica, recebe o rótulo de *filosofia aplicada*, um termo frequentemente usado ironicamente para denotar um trabalho considerado ‘suave’ ou apenas marginalmente filosófico” (página 13; ênfase acrescida pela autora). Na verdade, o reducionismo e o escárnio são estratégias que as tendências dominantes na disciplina e na profissão da filosofia empregam para conter (para “quarentenizar”, para usar a terminologia de Foucault) a influência e o impacto sobre a tradição da filosofia ocidental e o status quo da profissão de uma variedade de contra-discursos filosóficos.

Até o momento, nenhuma edição de jornal ou coletânea editada se concentrou na filosofia feminista da deficiência. No entanto, um número crescente de filósofas feministas escreve sobre a deficiência a partir de uma abordagem crítica, não tradicional e não convencional que desafia as maneiras segundo as quais certas formas de existência humana foram difamadas na história da tradição filosófica ocidental ou delas exiladas. Esta abordagem filosófica crítica também resiste e vai contra a conceituação dominante da “deficiência” persistentemente elaborada dentro da bioética contemporânea, da ciência cognitiva e da filosofia política e ética, especialmente, de acordo com a qual a deficiência

é diversamente naturalizada como uma anormalidade orgânica, um déficit, um infortúnio pessoal, ou uma patologia, que leva inevitavelmente às desvantagens sociais e econômicas enfrentadas pelos sujeitos com deficiência. Em outras palavras, as filósofas feministas da deficiência assumem uma postura crítica em relação à história da filosofia e à prática contemporânea da filosofia dominante, a fim de elaborar novas maneiras de pensar sobre a deficiência e a atual posição social, política, cultural e econômica das pessoas com deficiência. Para tanto, além disso, elas empregam os próprios métodos, conceitos, rigor analítico e ferramentas argumentativas da tradição filosófica ocidental e da disciplina de filosofia em que foram treinadas, além de avaliar criticamente essas práticas e ferramentas por meio dos conceitos, compromissos políticos, percepções críticas e investimentos pessoais que moldam as teorias e as práticas feminista, anti-capacitista, anti-racista, anti-classista e anti-heterossexista.

O campo inter e transdisciplinar dos estudos sobre deficiência proporcionou às filósofas feministas da deficiência uma variedade de oportunidades para apresentar e publicar seus trabalhos; entretanto, como explicarei com mais detalhes abaixo, poucas dessas oportunidades estiveram disponíveis para as filósofas feministas da deficiência dentro da disciplina de filosofia e da subdisciplina da própria filosofia feminista. Para as filósofas feministas da deficiência e para filósofas com deficiência, as oportunidades de emprego e avanço na filosofia profissional também são poucas. Com certeza, a disparidade entre as taxas de participação no trabalho de pessoas com e sem deficiência em todos os setores da sociedade é abismal: 21% para pessoas com deficiência em comparação com 69% para pessoas sem deficiência³. No meio acadêmico, entretanto, a disciplina de filosofia se destaca como especialmente discriminatória e exclusiva, com indicadores sugerindo que filósofos com deficiência constituem menos de 5% dos professores de filosofia em tempo integral. Na verdade, como a chamada de trabalhos para esta edição especial observou, e como discuto adiante, as ofertas de empregos para cargos em departamentos de filosofia não identificam a filosofia da deficiência (ou estudos sobre deficiência) como uma área legítima de especialização dentro da disciplina, mesmo se e quando os departamentos supostamente procuram contratar filósofos cujo

³ A Política de Emprego para Pessoas com Deficiência do Departamento de Trabalho dos EUA e o Consórcio de Recrutamento de Educação Superior (um consórcio sem fins lucrativos de faculdades que promove a equidade na contratação) formaram recentemente uma aliança para aumentar o recrutamento e contratação de funcionários com deficiência e melhorar sua retenção e oportunidades para progressão na carreira em locais de trabalho, incluindo universidades, faculdades, hospitais, laboratórios de pesquisa, agências governamentais e outras organizações. Para ler sobre essa aliança, consulte DUNN, 2013.

trabalho se concentra na filosofia feminista interseccional, no poder e na opressão, e nas diferenças culturais e diversidade, e mesmo que as ofertas de emprego da maioria das universidades e faculdades incluam declarações padronizadas de acordo com as quais essas instituições são empregadoras que oferecem “oportunidades iguais” e “ações afirmativas”.

Lennard Davis (2011), entre outros, chamou a atenção para as maneiras pelas quais a deficiência - como uma categoria analítica - é rotineiramente omitida dos entendimentos de “diversidade” que circulam nos discursos institucionais e teóricos produzidos nas humanidades e nas ciências sociais. Tais omissões contribuem para: reproduzir concepções individualizadas e medicalizadas de deficiência e de status social subordinado das pessoas com deficiência; modular ativamente a composição da comunidade universitária; limitar o impacto que esses discursos sobre a diversidade têm para além da academia; e minar seu potencial subversivo ou radical (ver também CONNOR, 2012). A série “Diversity in Academe”, publicada em “The Chronicle of Higher Education”, fornece um exemplo claro dessas omissões institucionais, estruturais e discursivas. Dos 16 artigos mais recentes da série, nenhum enfocou a deficiência, sendo a deficiência mencionada apenas *uma vez em 1 artigo* da série. Ironicamente, essa única menção à deficiência veio em um artigo intitulado “Nas heras, ainda é branco no topo”⁴, no qual Kevin Cook, seu autor, relatou que uma administradora lésbica branca de Princeton, que havia participado da pesquisa para o artigo, apontou que o acréscimo das “categorias de deficiência, sexualidade e religião” forneceria ao “The Chronicle” uma concepção mais completa de “diversidade” do que sua atenção atual apenas para gênero, raça e etnia (COOK, 2013)⁵.

Em nenhum lugar nas ciências humanas e sociais esse estado de coisas intolerável é mais grave do que na disciplina e na profissão de filosofia. Embora a investigação crítica sobre a deficiência tenha feito incursões notáveis em toda a academia, ela permanece suprimida e, na verdade, virtualmente excluída da filosofia, uma situação que deve ser atribuída a um conjunto complexo e complicado de fatores inter-relacionados, incluindo

⁴ N.T.: O termo em português “Heras” se refere à Ivy League, conjunto de oito prestigiadas universidades nos EUA: Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth, Harvard, Universidade da Pensilvânia, Princeton e Yale.

⁵ O discurso cultural sobre a “diversidade” deve, de várias maneiras, ser reconhecido como o que Foucault chamou de um resultado “individualizante e totalizante” da governamentalidade (neo)liberal. Para os fins desta introdução, deixo de lado este conjunto de questões. Vou discutir essas questões com alguns detalhes, no entanto, em TREMAIN, no prelo. Para uma explicação das afirmações de Foucault com respeito ao caráter “individualizante e totalizante” da governamentalidade (neo)liberal no contexto do aconselhamento genético e dos testes e exames pré-natais, ver TREMAIN, 2006.

a composição histórica e demográfica da própria filosofia profissional, a estreita concentração da filosofia em técnicas sujeito-objeto, a associação cada vez mais estreita entre a filosofia e as ciências, o foco teórico, discursivo e político limitado da maioria da filosofia feminista e as auto-concepções implicitamente capacitistas da filosofia dominante e filosofia feminista (e seus praticantes). Vou agora explicar alguns desses fatores a fim de fornecer um contexto dentro do qual os leitores não familiarizados com o insuportável estado de coisas na disciplina e na profissão da filosofia possam posicionar as contribuições para esta questão do DSQ e também para que a motivação para a própria questão pode ser totalmente apreciada. Começo com uma visão geral da monótona mesmice da filosofia profissional; então, eu me concentro em algumas das fontes disciplinares e discursivas institucionalizadas da marginalização da filosofia da deficiência e da filosofia feminista da deficiência. Minha discussão sobre a marginalização da filosofia da deficiência dentro dos contextos filosóficos feministas reintroduz a noção de “diversidade” nesta introdução. Termino minha introdução a esta edição especial do DSQ com um esboço das contribuições feitas nele.

Entre as ciências humanas e sociais, a filosofia é a disciplina mais conservadora e homogênea - sem deficiência, branca, masculina, heterossexual -, demograficamente, rivalizando apenas com os campos “STEM” (ciências, tecnologia, engenharia e matemática) neste aspecto na academia⁶. Nos Estados Unidos, as mulheres representam

⁶ Em um post no blog New APPS: Art, Politics, Philosophy, Science, provocativamente intitulado “Os filósofos são mais tendenciosos do que outros acadêmicos?”, Helen De Cruz (2013a) avançou esta afirmação: “Mesmo se levarmos em consideração as dificuldades que as minorias enfrentam na academia, não podemos explicar por que a filosofia se sai pior do que a maioria dos outros campos acadêmicos. Gostaria de colocar uma ideia um pouco controversa sob análise: há boas razões para acreditar que os filósofos são menos eficazes do que os acadêmicos de outras áreas em sua capacidade de conter seus próprios preconceitos, ou seja, eles exibem um ponto *cego* de preconceito maior” (ênfase adicionada pela autora). Na verdade, é indicativo de como os filósofos rotineiramente omitem a deficiência de discussões de preconceitos dentro da profissão de filosofia que uma manifestação de hostilidade implícita e preconceito contra filósofos deficientes (na forma da linguagem capacitista empregada em todo o post do New APPS e nos estudos nele linkados) deixe de ser examinada no post e, provavelmente, não seja reconhecida. O uso de uma linguagem e retórica capacitista é, de fato, comum na filosofia e na filosofia feminista, em grande parte por causa pela prevalência de metáforas oculares nas epistemologias ocidentais e a valorização da neurotipicidade. Veja também Helen de Cruz, “Is Philosophy Especially Plagued by Sexual Harassment?” (2013b; cf. BROGAARD, 2013a). Embora o blog New APPS não seja amigo nem aliado das pessoas com deficiência (ver também MATHEN, 2013), nenhum blog para filósofos contribui mais para o clima hostil que os filósofos com deficiência enfrentam na filosofia do que o “Leiter Reports: A Philosophy Blog”, cujo autor/proprietário rotineiramente se refere a outros filósofos, políticos, escritores, etc. como (entre outras coisas) “lunáticos”, “idiotas”, “loucos” e “imbecis”, a fim de menosprezá-los. Veja, por exemplo, um post intitulado “10º Aniversário do Blog” (LEITER, 2013), no qual o autor/proprietário do blog explica que um elemento de seu *modus operandi* no blog tem sido “chamar ‘idiotas’ de idiotas”. Em maio deste ano, usei a ferramenta de diagnóstico SortSites Powermapper (n.d.) para testar a acessibilidade do novo blog APPS. O Powermapper encontrou problemas em 81% das primeiras 10 páginas do site testado. O Powermapper relatou que 9 das 10 primeiras páginas têm problemas de acessibilidade e classificou a acessibilidade do

apenas 21% do corpo docente de filosofia, embora, aparentemente, menos de 17% do corpo docente de filosofia com estabilidade em tempo integral (por exemplo, ver SHEN 2013; NORLOCK 2009, 2011). Um relatório divulgado pela “British Philosophical Association”, em 2011, indicou que apenas 24% dos cargos de professor permanente em departamentos de filosofia no Reino Unido são ocupados por mulheres (JUMP, 2013). Em 2007, a Associação de Filosofia da Australásia encomendou um relatório intitulado “Melhorando a Participação das Mulheres na Profissão de Filosofia”, que descobriu que as mulheres detinham apenas 23% de todos os contratos de trabalho em tempo integral e fracionário em departamentos de filosofia da Australásia (AUSTRALIAN ASSOCIATION OF PHILOSOPHY, 2007). Observações anedóticas indicam que, no Canadá, o número é um pouco mais alto com relação a posições efetivas em tempo integral e cargos efetivos ocupados por mulheres - aproximadamente 30-35% -, embora, é claro, mesmo essa porcentagem não corresponde à igualdade de gênero. Kathryn T. Gines (2011) relata que menos de 125 dos mais de 11.000 membros da “American Philosophical Association” (APA) são negros ou afro-americanos; destes, menos de 30 são mulheres negras ou afro-americanas. Embora a APA tenha coletado dados sobre as porcentagens de alguns dos grupos sociais minoritários que estão sub-representados nos departamentos de filosofia nos Estados Unidos (AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION 2013c), um esforço concertado e sistemático para coletar esses dados sobre filósofos deficientes e lésbicas, gays, bissexuais, filósofos queer e transgêneros, que estejam empregados em posições efetivas em tempo integral ou em cargos de estabilidade até agora não foi, em lugar algum, assumido por nenhuma organização de filósofos profissionais. No entanto, existem alguns indicadores disponíveis.

Com uma filiação internacional de mais de 11.000 pessoas, cada uma delas afiliada a uma das três divisões regionais - Leste, Central ou do Pacífico - a APA é a maior associação profissional do mundo para promover a profissão da filosofia e os interesses de seus praticantes, ou seja, filósofos profissionais. Dentro da APA, há um escritório nacional e um órgão executivo de governo nacional (o Conselho de Diretores), embora as três divisões regionais da associação sejam relativamente autônomas: cada uma das divisões tem seu próprio corpo de governo (alguns membros de cada um dos

blog como “pior do que a média”. Em agosto deste ano, testei a acessibilidade do blog Leiter Reports com o SortSites Powermapper. Nesse momento, o Powermapper encontrou problemas com 27% das primeiras 10 páginas do Leiter Reports testadas e relatou que 3 das primeiras 10 páginas têm problemas de acessibilidade e classificou o blog como “pior do que a média” no que diz respeito à acessibilidade.

quais compõem o maior parte da diretoria nacional); cada divisão tem seu próprio estatuto, elege seu próprio comitê executivo divisionário, administra suas próprias finanças; e cada divisão organiza uma conferência anual realizada em sua região designada dos EUA. Essas reuniões divisionais, coordenada, em parte, com os membros do escritório nacional, são as conferências mais amplamente atendidas e, possivelmente, as mais prestigiadas no calendário de filosofia de qualquer ano, e cada uma delas é composta por algumas centenas de sessões que ocorrem ao longo do curso de vários dias. Além disso, durante uma das reuniões - a reunião da Divisão Leste - uma grande feira de empregos é realizada, na qual ocorrem entrevistas preliminares para muitos dos empregos no campo. Os membros da equipe do escritório nacional também operam um site que, entre outras coisas: fornece informações sobre desenvolvimentos importantes na profissão e na própria associação; co-hospeda um quadro de empregos; opera home pages para cada uma das três divisões; e distribui os boletins de vários comitês dentro da associação⁷.

Em 2013, a Divisão do Pacífico da APA (AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION PACIFIC DIVISION, 2013a, 2013b) conduziu uma pesquisa anônima de todos os participantes de sua reunião anual, como havia feito em anos anteriores (ver AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION PACIFIC DIVISION, 2012a, 2012b), a fim de determinar até que ponto os esforços da Divisão para aumentar a diversidade de seu programa foram bem-sucedidos, bem como para fornecer dados que serviriam de referência para avaliar melhorias no que diz respeito à diversidade de programas futuros. As perguntas da pesquisa pediam aos participantes da conferência que identificassem o papel que desempenharam no programa (por exemplo, presidente, palestrante, comentarista, autor ou crítico), sua área de especialização (por exemplo, filosofia da ciência, filosofia antiga, ética biomédica, ou filosofia feminista), sua posição institucional ou status (pós-doutorado, estudante, professor associado, etc.), sua idade e gênero, se eles se identificam como lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros, como eles se identificam com relação à raça e etnia, e quais delas se identificam como “uma pessoa com deficiência”.

⁷ AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION (n.d.). Usei o SortSites Powermapper para testar a acessibilidade do site nacional da APA recém-projetado. O Powermapper encontrou problemas com 72% das primeiras 10 páginas do site. O Powermapper relatou, ainda, que 8 das 10 páginas têm problemas de acessibilidade e classificou a acessibilidade do site como “pior do que a média”.

Algumas das descobertas das pesquisas refletiram os números sombrios de emprego para filósofas mulheres e filósofas negras (algumas das quais são, é claro, mulheres) citados acima, enquanto alguns dos outros resultados da pesquisa reforçaram informações anedóticas e observações sobre as situações sombrias vis-à-vis filosofia profissional para outros grupos de filósofos racializados, para filósofos LGBT e para filósofos deficientes (todos os grupos não são de forma alguma mutuamente exclusivos). Em 2012, 66% dos participantes do programa da conferência indicaram que eram do sexo masculino, em comparação com 34% que indicaram que eram do sexo feminino. Em 2013, 69% dos participantes do programa da conferência indicaram que eram do sexo masculino, em comparação com 30% que indicaram que eram do sexo feminino e 1% que indicou que não se identificava como homem nem mulher. Em 2012, 1% dos participantes da conferência indicaram que eram negros ou afro-americanos; e, em 2013, 2% dos participantes da conferência indicaram ser negros ou afro-americanos. Em 2012, 4% dos entrevistados da pesquisa indicaram que eram homens espanhóis/hispânicos/latinos e 7% dos entrevistados indicaram que eram mulheres espanholas/hispânicas/latinas. Em 2013, apenas 2% dos entrevistados da pesquisa indicaram que eram homens espanhóis/hispânicos/latinos ou mulheres espanholas/hispânicas/latinas. Em 2012, 4% dos entrevistados indicaram que eram homens do Leste ou Sudeste Asiático e 2% indicaram que eram mulheres do Leste ou Sudeste Asiático. Em 2013, 4% dos entrevistados indicaram que eram do Leste ou Sudeste Asiático. Em 2012, 1% e 2% dos entrevistados indicaram que eram homens e mulheres do sul da Ásia, respectivamente. Em 2013, 2% dos entrevistados indicaram que eram do sul da Ásia. Nenhum respondente, ou seja, nenhum participante da conferência, se identificou como nativo americano ou indígena na pesquisa de 2012 ou na pesquisa de 2013; nem qualquer participante da conferência, nesses anos, se identificou como um habitante das ilhas do Pacífico. Nos dois anos, 2% dos respondentes da pesquisa, ou seja, 2% dos conferencistas se identificaram como multirraciais. Dos respondentes da pesquisa de 2012, 90% indicaram que eram brancos, ou seja, 92% dos homens do programa de 2012 indicaram que eram brancos e 88% das mulheres do programa de 2012 indicaram que eram brancas. Dos entrevistados da pesquisa de 2013, 89% se identificaram como brancos. Em 2012, 10% dos participantes do programa indicaram que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros. Em 2013, 9% dos participantes do programa se identificaram como lésbicas, gays, bissexuais ou transexuais. Em ambos os anos, aproximadamente 4%

dos participantes da conferência responderam que se identificam como “uma pessoa com deficiência”. Em outras palavras, 96% dos participantes da conferência nos programas da conferência de 2012 e 2013 foram identificados como não deficientes.

As lamentáveis descobertas dessas pesquisas anônimas de conferências não constituem análises estatísticas abrangentes e sistemáticas da composição demográfica da filosofia profissional; no entanto, não há nenhuma boa razão para supor que elas não se assemelham, em sua maior parte, ao miserável estado atual das coisas com respeito ao emprego na área. Para ter certeza, o desequilíbrio de gênero nas conferências era consideravelmente mais estreito do que os números geralmente citados com respeito às disparidades de gênero na profissão (ver acima); no entanto, que os esforços das Divisões do Pacífico para melhorar a diversidade de seus programas tenha, até agora, se concentrado, em grande parte, na melhoria da igualdade de gênero (interpretada como igualdade entre homens e mulheres) - em termos de quem montou programas de reunião, quem participou deles, em que capacidade de participação e quais eram os conteúdos dos programas - fornece uma boa explicação para a discrepância entre as duas fontes de dados. O fato de a porcentagem de participantes que se identificaram como com deficiência (4%) ser tão baixa, ou seja, não se assemelhar muito à porcentagem de pessoas com deficiência na população em geral (cerca de 20-25%), é quase certamente devido à exclusão de pessoas com deficiência do meio acadêmico. Contudo, isso também deve ser atribuído à marginalização dos filósofos com deficiência na disciplina e nos conteúdos e na composição dos próprios programas de conferências da APA; ou seja, *quais* artigos são aceitos para os programas, *de quem* são os artigos aceitos, *de quem* são os artigos convidados, *quem* se acredita que tenha experiência em uma determinada área e, portanto, convidado para presidir ou comentar em uma sessão, e *como* os próprios comitês de programa são compostos⁸.

De fato, como a convocação para submissões para esta edição especial observou, em 2011-2012, nenhuma das reuniões anuais das três divisões da APA, ou seja, nem a reunião da Divisão do Pacífico, nem a reunião da Divisão Leste, nem a reunião da Divisão

⁸ A disparidade entre a porcentagem estimada de pessoas com deficiência na população em geral e a porcentagem autorrelatada de filósofos com deficiência também pode ser influenciada pela naturalização da deficiência nos círculos filosóficos e o estigma resultante da identidade de “deficientes” nesse contexto. Em outras palavras, os filósofos que seriam incluídos no quantitativo de pessoas com deficiência em, digamos, um censo dos Estados Unidos podem relutar ou se recusar a se identificar como “deficientes”, mesmo em resposta a uma pesquisa anônima, devido a preconceitos e pré-julgamentos capacitistas sobre pessoas com deficiência incorporados em suas próprias percepções, autopercepções e personalidades profissionais.

Central - incluiu um simpósio convidado, uma sessão avaliada, ou mesmo um único artigo convidado ou arbitrado sobre deficiência. Um dos resultados iniciais deste projeto de edição especial foi que várias redes de poder dentro do estabelecimento nacional da APA e duas das próprias divisões tentaram retificar este estado de coisas capaz, uma vez que a chamada para submissões para a questão do DSQ chamou a atenção explicitamente da comunidade filosófica internacional: duas sessões sobre deficiência apareceram no programa de 2013 da Divisão Central (American Philosophical Association 2013a) e várias sessões sobre deficiência apareceram no programa de 2013 da Divisão do Pacífico (American Philosophical Association 2013b).

Apesar do aparecimento dessas sessões em programas divisionais recentes, a APA faz um péssimo trabalho de representação de filósofos com deficiência e de defesa de suas preocupações e interesses. Atenção à acessibilidade da associação, em geral, e às reuniões de suas divisões, em particular - na forma de legendas em tempo real, interpretação em American Sign Language (ASL), letras grandes e registro em Braille e outros materiais, sinalização direcional para orientação em reuniões, serviços de atendimento, e assim por diante - não são fatores considerados partes integrante das práticas organizacionais usuais da APA nacional; isto é, os pressupostos do Design Universal não entraram no repertório conceitual ou linguístico da APA (ou mesmo dos filósofos em geral). Em vez disso, a associação permanece ligada a uma concepção individualizada e privatizada de deficiência, em que a acessibilidade é concebida como um estado final, em vez de uma prática,⁹ e em que as necessidades de uma certa gama de pessoas são tidas como certas e naturalizadas como “normais”, regulares e típicos. Dessa forma, a alocação preferencial de recursos apropriados para outros sujeitos se torna invisível, precisamente na medida em que determinados requisitos são considerados “padrão” e “básicos”, enquanto os requisitos de outras pessoas (nomeadamente, pessoas com deficiência) são percebidos como “necessidades especiais”, idiossincráticas e extraordinárias – de maneira que a alocação de recursos para elas é considerada supererrogatória, discricionária e suplementar, interpretada como “adaptacionista” e levada em consideração apenas se e quando os deficientes individuais fazem pedidos “especiais” e “confidenciais” sobre as provisões e serviços de que necessitam. No entanto,

⁹ Minha sugestão de que a acessibilidade deve ser concebida como uma prática se assemelha fortemente às afirmações de Jay Dolmage (2006, 2013) e Margaret Price (2011) segundo as quais o Design Universal deve ser concebido como “uma forma de se mover”.

nenhuma informação específica sobre como fazer essas solicitações de acessibilidade ou qualquer outra informação geral sobre deficiência (sem falar em uma política de acessibilidade abrangente estabelecida) é publicada no site recém-renovado da APA, que oferece não mais do que o link de acesso (em uma guia intitulado “Recursos sobre diversidade e inclusão”) a uma postagem de blog em outro lugar na web que fornece instruções rudimentares sobre como organizar uma conferência acessível, a uma postagem de blog que fornece informações sobre uma lista de servidores amplamente inativa e também a alguns blogs, um dos quais está praticamente extinto¹⁰.

Em suma, a APA nacional não fornece informações úteis aos seus membros sobre (por exemplo): o que os presidentes e outros participantes das reuniões divisionais devem fazer para aumentar a acessibilidade das sessões nas reuniões (por exemplo, usar microfones, repetir perguntas do público, fornecer descrição oral de slides em PowerPoint e disponibilizar cópias impressas das apresentações); quais provisões e serviços serão disponibilizados “mediante solicitação” em uma determinada reunião divisionária (por exemplo, legenda em tempo real, materiais de registro em letras grandes, serviços de atendimento e assim por diante); a quem se dirigir dentro da associação para tomar as providências necessárias; que medidas os comitês de contratação devem implementar para garantir que não perpetuem vieses e preconceitos em suas avaliações dos candidatos com deficiência; e como os departamentos podem melhorar o clima (hostil) enfrentado pelo corpo docente com deficiência na disciplina e na profissão da filosofia.

O fracasso por parte da APA nacional em fornecer informações em seu site sobre a acessibilidade às reuniões divisionais (para não mencionar, sua implementação de uma abordagem “adaptacionista” da acessibilidade) implica que os filósofos com deficiência que exigem essas (e outras) provisões e os serviços devem rastrear eles próprios as informações por meio dos vários canais dos escritórios nacionais e divisionais da associação; como a experiência tem mostrado, entretanto, as informações sobre o assunto

¹⁰ Os links são para o virtualmente extinto blog “Disabled Philosophers” (n.d.), filho do blog “Feminist Philosophers” e o blog “The Limping Philosopher” (PECKITT, n.d.), de propriedade e operado pelo filósofo deficiente (Dr.) Michael Gillan Peckitt, que é cada vez mal identificado no site da APA como um “pesquisador de filosofia com deficiência”. O blog-post sobre conferências acessíveis apareceu no blog “Feminist Philosophers” (MAGICALERSATZ, 2011) e o blog-post sobre uma lista sobre “inclusão na filosofia profissional com atenção especial à deficiência psiquiátrica” (MAGICALERSATZ, 2013a) também apareceu no blog “Feminist Philosophers”. Em maio deste ano, usei o SortSites Powermapper para testar a acessibilidade do blog “Feminist Philosophers”. O Powermapper encontrou problemas com 72% das primeiras 10 páginas do blog, relatou que 7 das primeiras 10 páginas têm problemas de acessibilidade e classificou o blog Feminist Philosophers como “pior que a média” no que diz respeito à acessibilidade.

que os filósofos com deficiência recebem de uma fonte dentro da associação podem entrar em conflito com as informações que eles recebem de outra fonte dentro da mesma associação. Em outras palavras, os filósofos com deficiência devem fazer mais esforço - e potencialmente, consideravelmente mais esforço - para participar das reuniões divisionais anuais (e da associação em geral) do que é exigido dos filósofos não deficientes, um estado de coisas desigual que implicitamente desencoraja a participação de filósofos com deficiência nas reuniões e reforça os preconceitos prevalentes segundo os quais todos os filósofos são não deficientes e que nenhuma pessoa com deficiência é filósofo.

Destaque-se que os Secretários-Tesoureiros do Leste (ver BETT, 2012) e Central (ver SMITH, 2013) das Divisões da APA não forneceram qualquer informação sobre a acessibilidade nas reuniões de suas associações (como serviço de legenda simultânea, serviços de atendimento, fornecimento de sala silenciosa, etc.), bem como não forneceram informações sobre acessibilidade estrutural (como sobre disponibilidade de rampas para cadeiras de rodas e de ônibus ou táxis acessíveis nos aeroportos) no material preliminar “Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association” (i.e., os programas da conferência). Para esclarecimento, as Divisões Central e Leste tenderam a não fornecer qualquer informação sobre ônibus e transportes locais do aeroporto ao local da conferência nos seus respectivos “Proceeding and Addresses”; no entanto, uma vez que reservas antecipadas são necessárias para ônibus e táxis acessíveis em aeroportos da maioria das cidades americanas em que as reuniões são realizadas, o não fornecimento desse tipo de informação significa que filósofos que usam cadeiras de rodas, andadores ou que precisam de trajetos acessíveis a cadeiras de rodas deve buscar as informações por si mesmos (por exemplo, por meio de uma pesquisa na web ou “busca” nas redes sociais) ou correr o risco de ficar preso no aeroporto da cidade em que ocorre um determinado encontro. Tal como a falha do escritório nacional da APA em adotar uma abordagem de desenho universal ou mesmo em fornecer informações gerais sobre acessibilidade em seu site, a falha por parte das Divisões Leste e Central em fornecer informações mais específicas sobre o acesso e nas suas respectivas reuniões implica que a participação neles exige mais esforço por parte de alguns filósofos com deficiência do que por parte de outros filósofos. Esta é uma situação injusta, que condiciona e reproduz suposições tendenciosas e preconceituosas sobre quem são os filósofos, quem faz parte da associação, o que eles exigem para fazer seu trabalho, e o que é uma distribuição

equitativa de recursos. De fato, a única referência à acessibilidade para ou nas conferências das Divisões Leste e Central feita no material preliminar às suas respectivas edições dos “Proceedings and Addresses” de 2012-2013 corresponde a esta frase (usada em ambas as edições) sobre acomodações em hotéis: “Por favor, certifique-se de informar o hotel se você é *portador de deficiência física*¹¹⁻¹² e tem requisitos *especiais* de quarto” (grifos da autora). Um insulto final aos filósofos deficientes veio na forma da linguagem capacitista (“blind review”) usada nas chamadas de trabalhos para as próximas reuniões do Leste e Central, que apareceu no material preliminar dos respectivos programas das Divisões Leste e Central (ver BETT, 2012; SMITH, 2013).

A Divisão do Pacífico da APA é uma exceção a essa negligência das preocupações e questões dos filósofos com deficiência. Além de seus esforços para coletar informações demográficas sobre a composição de suas reuniões, a Divisão do Pacífico emitiu uma “Declaração sobre a Diversidade do Programa” (AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION PACIFIC DIVISION, abril de 2012), que articula um compromisso explícito com o aumento da participação de filósofos com deficiência em todos os aspectos de suas reuniões e na coleta e revisão de dados a esse respeito. A Divisão do Pacífico também forneceu algumas informações sobre transporte acessível (ônibus do aeroporto, táxis) em edições anteriores dos “Proceedings and Addresses” dedicados à sua conferência e eliminou a linguagem capacitista de suas chamadas de documentos em

¹¹ N.T., no original, “physically challenged”.

¹² Este termo é um eufemismo especialmente flagrante para se referir à deficiência e a pessoas com deficiência, uma referência que estava lamentavelmente implícita em Linda Martín Alcoff (2012) “Philosophy’s Civil Wars”, no discurso presidencial que ela proferiu na APA Oriental em dezembro de 2012. No discurso de uma hora de duração, que abordou (entre outros tópicos) a relação entre a homogeneidade da disciplina e profissão da filosofia e o conteúdo da própria filosofia da Europa Ocidental, Alcoff se referiu à deficiência apenas obliquamente uma vez; entretanto, a deficiência foi a “prótese narrativa” (para usar a frase apropriada de Mitchell e Snyder; ver MITCHELL, SNYDER, 2001) que reforçou o discurso. Pois, a fim de motivar o argumento no início do discurso, Alcoff descreveu a disciplina e a profissão da filosofia como “deficiente demograficamente”, uma expressão que se aproveita de termos como “deficiente físico”, “deficiente mental” e “intelectualmente retardado”, que despolitizam e naturalizam a deficiência e que as pessoas com deficiência identificaram como eufemismos paternalistas logo após terem sido inicialmente introduzidos no discurso cotidiano. Referir-se a um determinado estado de coisas ou característica como “challenged” (no original) (por exemplo, “horizontally challenged” = gordo, “vertically challenged” = muito baixo, “stylistically challenged” = mau gosto no vestuário, etc.) tornou-se, no entanto, uma forma popular de escárnio sarcástico ou de uma (aparentemente) crítica humorística. Observe, no entanto, que esse sarcasmo e esse humor contam com um artifício retórico que zomba e ridiculariza as pessoas com deficiência. Não é de surpreender, embora desapontador, no entanto, que a descrição da filosofia como “demograficamente desafiada” tenha provocado risos do público (quase exclusivamente não deficiente) de filósofos nesta sessão da Eastern APA em dezembro de 2012. Para assistir ao vídeo sem legendas e não transcrito ou ouvir o podcast sem legenda e não transcrito do discurso, ver ALCOFF, 2012; para outro uso da deficiência como prótese narrativa em um contexto filosófico, ver BROGAARD, 2013b.

favor do termo “revisão anônima” (LOPES 2013). Além disso, a Pacific APA indica com bastante destaque em sua seção do site nacional da APA que cumpre a Lei dos Americanos com Deficiências (ADA) na organização de suas reuniões. Estas medidas, empreendidas pela Divisão do Pacífico, avançam na reparação do legado de inação e indiferença por parte do escritório nacional da APA e das Divisões Leste e Central no que diz respeito à inclusão e participação de filósofos com deficiência; no entanto, certamente há necessidade de melhorias. Em particular, embora a Pacific APA demonstre seu compromisso com a inclusão e acessibilidade (interpretada como conformidade com a ADA) para filósofos com deficiência em sua página inicial, as premissas que sustentam este compromisso derivam (assim como a distribuição de recursos da APA Nacional) de uma concepção individualizada e medicalizada de deficiência, em vez de uma concepção politizada dela. Ou seja, a Pacific APA não assume uma abordagem de desenho universal, mas disponibiliza disposições e serviços de acessibilidade (“adaptações”) para membros individuais que os solicitam somente se e depois de preencherem um formulário (publicado em sua seção do site nacional da APA), que solicita a documentação da “deficiência” primária, das deficiências “secundárias” e das “limitações funcionais” de um determinado membro, a fim de verificar se as disposições e serviços solicitados são genuinamente necessários¹³. Em outras palavras, discursos médicos disciplinares e jurídicos que implicam e reforçam um ao outro determinam até que ponto a APA do Pacífico “acomoda” pessoas com deficiência, que devem entrar em um modo confessional e, simultaneamente, se subjetivar como anômalos e, de fato, deficientes para garantir os serviços e disposições de que necessitam.

A terrível situação dos filósofos com deficiência, vis-à-vis a APA em particular e a filosofia profissional em geral, isto é, muitos dos obstáculos à participação de filósofos

¹³ A sinopse no link “Solicitação de adaptações s sob o ADA” na página inicial da Pacific APA diz: “De acordo com a Lei dos Americanos com Deficiências, a Divisão do Pacífico da American Philosophical Association oferece adaptações razoáveis para os participantes registrados em sua Reunião Anual. A avaliação das adaptações razoáveis é baseada nas limitações manifestadas por uma deficiência específica e podem diferir para cada participante. O participante *deve solicitar adaptações e revelar sua deficiência antes que qualquer adaptações possa ser implementada*. Todas as adaptações fornecidas são baseadas em necessidades individuais, refletidas na documentação ou informação relacionada à deficiência ou limitações funcionais do participante. *A Divisão pode exigir documentação adicional para fundamentar um pedido de adaptação*. A Divisão mantém os pedidos de adaptação e documentos de apoio confidenciais. Todos os pedidos devem ser feitos por escrito, enviando-se o formulário abaixo para a Secretário-Tesoureiro da Divisão o mais tardar em 1º de março imediatamente antes da reunião” (destaques da autora). É fornecido um formulário para download que pede aos participantes em potencial que identifiquem sua “Deficiência primária”, suas “Deficiência(s) secundária(s)” e suas “Limitações funcionais”. Para ler a sinopse e o formulário para download, consulte AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION PACIFIC DIVISION, n.d.

com deficiência dentro da APA e, possivelmente, a profissão de filosofia de forma mais ampla, seriam abordados se um comitê dedicado a melhorar o status dos filósofos e filósofas com deficiência existisse dentro da associação; um comitê, isto é, em pé de igualdade com os comitês da associação que servem a outros grupos sub-representados na profissão: o Comitê para o Status da Mulher na Filosofia, o Comitê sobre o Status dos Negros na Filosofia, o Comitê sobre Hispânicos, o Comitê sobre Filósofos e Filosofias Asiáticos e Asiático-Americanos, o Comitê sobre Filósofos Indígenas e o Comitê para Filósofos Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros¹⁴. Um comitê dedicado a melhorar o status dos filósofos com deficiência poderia (entre outras coisas) pressionar o executivo nacional da APA a desenvolver uma política abrangente de acessibilidade para a associação em geral, organizar sessões em slots garantidos nos programas das reuniões divisionais e estabelecer e divulgar um boletim informativo para os membros gerais da APA (como a maioria desses outros comitês fazem), em que questões de interesse para filósofos com deficiência e relevantes para a deficiência e para filosofia seriam consideradas, elevando o perfil dos filósofos com deficiência dentro da associação e também dentro a profissão em geral¹⁵. Além disso, se um comitê dedicado a filósofos

¹⁴ As práticas capacitistas implícita e explicitamente da APA estão em total contraste com as maneiras como a Modern Languages Association (MLA) trata seus membros deficientes. Como muitos leitores do DSQ sabem, o MLA tem um Comitê de Questões de Deficiência de sete membros, com dois funcionários de contato com o Comitê no próprio escritório nacional do MLA. O fornecimento de tradução em tempo real, de interpretação em língua de sinais, de serviços de atendimento, etc. está incluído em todas as sessões das convenções MLA. Não se espera que membros com deficiência individual preencham os requisitos de acessibilidade. Uma seção específica do site do MLA, além disso, inclui os nomes e e-mails dos membros atuais do Comitê, diretrizes de acesso para organizadores e participantes das sessões da convenção do MLA, diretrizes de acesso para contratação de departamentos, instruções sobre como usar intérpretes de linguagem de sinais e uma lista de sessões relacionadas à deficiência no programa da convenção de MLA de um determinado ano, cerca de uma dúzia das quais ocorrem dentro de vagas no programa que são garantidas de acordo com a política de MLA. O Comitê de Questões de Deficiência do MLA (n.d.) consagrou todas essas práticas nas políticas operacionais padrão do MLA. Outro esforço vital para avançar em direção ao acesso é a página da web “Composing Access” (n.d.) co-patrocinada pelo Comitê sobre Questões de Deficiência na Composição Universitária (CDICC) e da Imprensa de Computação e Composição Digital (CCDP) do Conselho Nacional de Professores de Inglês. Consulte também o site do Comitê de Deficiências STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática), que visa apoiar e melhorar as políticas, práticas e provisões para pessoas com deficiência que estudam ou trabalham nas áreas STEM. Veja STEM, n.d.

¹⁵ Na primavera de 2012, a Society for Disability and Philosophy foi formada. Embora a Society for Disability and Philosophy (da qual sou membro) seja afiliada à APA, e provavelmente aumentará o perfil dos filósofos com deficiência e com deficiência dentro da APA, não está em pé de igualdade com os outros comitês da APA que eu mencionei, não tem a mesma opinião sobre a política da APA que os comitês que representam grupos sub-representados na profissão, nenhum de seus membros possui uma posição garantida no Comitê de Inclusão, e seus membros precisam apenas indicar que estão interessados na deficiência e filosofia (na verdade, alguns dos membros atuais da sociedade são eugenistas autoproclamados, poucos dos membros dos grupos são especialistas em estudos críticos de deficiência, poucas das pessoas com deficiência no grupo são filósofos e a maioria dos filósofos do grupo não são pessoas com deficiência). Em vez disso, a Society for Disability and Philosophy é comparável em status

com deficiência fosse tratado em pé de igualdade com os comitês da APA acima mencionados, o presidente do comitê (como os presidentes dos outros comitês) teria uma posição no Comitê Nacional Permanente para a Inclusão na Profissão,¹⁶ dando aos filósofos com deficiência outra via para influenciar as políticas e práticas da APA. Que, até o momento, nenhum comitê reconhecido tenha sido estabelecido para abordar e defender as preocupações e interesses dos filósofos com deficiência neste nível da hierarquia na APA é mais uma maneira pela qual o grupo constituinte de filósofos com deficiência recebe tratamento injusto dentro da associação e, por fim, é tacitamente desencorajado a permanecer na profissão¹⁷.

aos muitos grupos dentro da APA que receberam reconhecimento das Divisões e, portanto, podem organizar sessões para suas respectivas reuniões. Entre esses muitos grupos variados estão (por exemplo): a Sociedade para a Discussão Realista-Antirrealista, a Sociedade para o Estudo da História da Filosofia Analítica e a Sociedade Bertrand Russell. Com o recém-renovado site da APA, formou-se um grupo de discussão para filósofos com deficiência. Dado que este grupo de discussão não tem peso político nem influência na política formal da APA, sua introdução deve ser considerada como um gesto cosmético que visa apaziguar reclamações sobre a complacência da APA com relação aos seus membros com deficiência, em particular, e aos filósofos com deficiência em geral.

¹⁶ Em uma reunião do Comitê Executivo nacional da APA, no outono de 2004, foi tomada a decisão de criar o cargo de “Representante para as Questões da Deficiência” no Comitê de Inclusão, em vez de formar um Comitê para Filósofos com Deficiência, cujo Presidente ocuparia uma posição sobre Comitê de Inclusão. Em outras palavras, o indivíduo que ocupa o cargo de “Representante para as questões da deficiência” no Comitê de Inclusão não responde nem presta contas aos membros de um comitê que teriam sido selecionados e nomeados para um (hipotético) Comitê de Filósofos com Deficiência porque eles têm algum tipo de especialização com relação à deficiência vis-à-vis a disciplina de filosofia e filosofia profissional. O papel do indivíduo que ocupa o cargo de “Representante de Questões de Deficiência” é servir aos interesses de todos os membros com deficiência da APA, incluindo a organização de sessões sobre deficiência nas reuniões de divisão, conscientizando a profissão sobre deficiência, fornecendo informações sobre os requisitos de acessibilidade, providenciar acessibilidade para membros individuais nas reuniões divisionais, etc. Os leitores deste escrito podem tirar suas próprias conclusões sobre a eficácia desta posição, dado tudo o que aponto sobre as práticas gerais da APA com relação aos filósofos deficientes. Devem, além disso, considerar se qualquer outro grupo sub-representado na APA e na profissão de filosofia em geral aceitaria esse tipo de representação simbólica.

¹⁷ De 2004 ao início de 2013, eu trouxe a questão da necessidade crucial de um Comitê para Filósofos com Deficiência da APA (e o capacitismo das políticas da APA em geral) à atenção de todas as pessoas que atuaram como Diretor Executivo da APA, como ouvidoria da APA, como Presidente do Comitê de Inclusão da APA ou como Representante de Questões de Deficiência da APA, bem como a leitoras/assinantes da lista de Ética Feminista e Teoria Social (FEAST), da lista da Sociedade para Mulheres na Filosofia (SWIP), do blog Feminist Philosophers, do blog New APPS e da lista de e-mails da Women in Philosophy Taskforce (WPHTF). Em todos os casos, essas chamadas de atenção para a situação dos filósofos deficientes vis-à-vis a APA foram ignoradas, rejeitadas, postas de lado ou obstruídas. Em suma, a APA se envolveu em uma forma continuada de ignorância epistemológica sobre como suas políticas afetam seus membros com deficiência e filósofos com deficiência de forma mais geral, e a comunidade filosófica feminista e a comunidade de filosofia mais ampla permitiram isso. Observe que um Comitê para Filósofos com Deficiência, caso venha a ser estabelecido, não deve ser usado para isentar outros grupos e comitês da APA de suas responsabilidades para com os membros com deficiência da associação. Por exemplo, um Comitê de Filósofos com Deficiência não deve ser usado como estratégia para isentar o Comitê de Assédio Sexual da APA de sua obrigação de abordar a questão de como o assédio sexual é infligido e vivenciado por filósofas com deficiência.

Além do papel constitutivo desempenhado pelas práticas institucionais arraigadas acima mencionadas e pelas epistemologias da ignorância de que se originam na composição homogênea da filosofia profissional, a uniformidade da filosofia “professoral” produz e é reproduzida por meio de, entre outros fatores: a gama restrita de tópicos e questões abordadas pelos principais periódicos do campo; o conjunto restritivo de estilos e técnicas de escrita que as contribuições para esses periódicos (devem) empregar; a previsível mesmice dos colaboradores e contribuições para as coletâneas editadas e livros didáticos que os principais editores de filosofia geram; a hierarquia rígida de especializações disciplinares que é aplicada por meio de ofertas de cursos departamentais, ofertas de empregos e práticas e preferências de contratação; e o número extremamente limitado de conhecimentos e perspectivas aos quais é atribuído um status de autoridade em toda a disciplina e em toda a profissão. Tópicos e questões, técnicas, especializações e conhecimentos e perspectivas que vão contra a corrente - isto é, que não reforçam uma certa persona (não deficiente, branco, masculino, cisgênero, heterossexual) do filósofo profissional; que não sustentam um certo estilo e prática de fazer filosofia; e até mesmo que resistem ao sentimento prevalecente de autocomplacência no que diz respeito ao que a tradição da filosofia ocidental fez/faz (ou seja, “descobrir” verdades universais e atemporais) - são marginalizados, desconsiderados, obscurecidos e processados como irrelevantes e mesmo prejudiciais para a “saúde” da filosofia e, de fato, para a expansão do conhecimento humano e para o progresso da própria humanidade. Em suma, preocupações, conhecimentos, valores, tradições culturais e perspectivas não-europeias, não-ocidentais, anti-capacitistas, feministas, anti-racistas, anti-imperialistas, anti-capitalistas e queer, não conformistas e não convencionais, permanecem amplamente consideradas e representadas - implícita e explicitamente, na disciplina e na profissão - como tendenciosas, como “ideológicas”, parciais, ingênuas, desinformadas e errôneas. Ao longo de várias décadas, as filósofas feministas responderam à homogeneidade, ao sexismo e ao masculinismo da profissão e da disciplina da filosofia de várias maneiras. Filósofas feministas mostraram de forma convincente que há correlações entre a demografia da profissão e o conteúdo da investigação filosófica, condicionando (entre outras coisas) quais questões são priorizadas, como são feitas essas questões, que tipos de respostas são buscadas e quais métodos de investigação são empregados. Os esforços das filósofas feministas tiveram efeitos duradouros e de longo alcance, aumentando a consciência dos filósofos profissionais sobre a desigualdade de gênero e sobre o sexismo

(construído a partir relações binárias entre homens e mulheres) dentro da profissão, disciplina e tradição da filosofia. Esses esforços e os frutos deles incluem: a publicação de uma série de antologias e coletâneas editadas de filosofia feminista; o estabelecimento de associações profissionais para mulheres filósofas e filósofas feministas; a fundação e desenvolvimento de um periódico de primeira linha de filosofia feminista; edições especiais de outras revistas de filosofia dedicadas à filosofia feminista ou a tópicos de interesse especial para filósofas feministas; o estabelecimento de um blog para filósofas feministas; a eleição de um grande número de mulheres e filósofas feministas para posições de liderança dentro da APA e outras associações nacionais de filosofia; e a crescente presença da filosofia feminista nas reuniões divisionais da APA, ou seja, o número crescente de sessões sobre programas de divisão que abordam tópicos e preocupações de interesse especialmente para filósofas feministas e mulheres, que destacam a desigualdade de gênero na profissão, ou que se concentram no trabalho de uma mulher filósofa.

No entanto, é bastante claro que os benefícios direta e indiretamente angariados pelas filósofas feministas e filósofas mulheres devido a essas melhorias não foram distribuídos igualmente entre elas (como os dados da APA do Pacífico demonstram). Filósofas brancas sem deficiência (e aquelas que passam ou passaram como tais) têm sido as beneficiárias quase exclusivas desses desenvolvimentos, um resultado pelo qual elas próprias são, até certo ponto, responsáveis e pelo qual devem, em certa medida, ser responsabilizadas. Em virtude de sua deficiência e de seu privilégio racial - isto é, uma vez que ocupam uma posição mais vantajosa entre filósofos sub-representados na profissão - muitas filósofas feministas brancas sem deficiência continuam a interpretar implícita e explicitamente o gênero como predecessor, mais fundamental e separável de outras matrizes de assujeitamento ao poder, mesmo se e quando elas pretendem endossar e defender o valor político, teórico e discursivo da interseccionalidade. Em outras palavras, muitas filósofas feministas continuam a presumir que as “mulheres” compartilham experiências em virtude de seu gênero convencional – sendo, portanto, “situadas da mesma forma” nas estruturas mais significativas de privilégio e de opressão –, de forma que um foco analítico de gênero isolado de raça, etnia, classe, sexualidade e idade constituiria um projeto legítimo. Para essas filósofas feministas, isto é, as mulheres são antes de tudo oprimidas como *mulheres* e são oprimidas como *diferentes grupos de mulheres* – é dizer, como lésbicas com deficiência de cor, como mulheres brancas

bissexuais com deficiência, como mulheres heterossexuais de cor sem deficiência, e assim por diante – somente secundariamente e menos significativamente. Observe-se, no entanto, que a pureza dessa concepção analítica da categoria de gênero é alcançada apenas ao se obscurecer outros eixos e redes de poder com os quais o gênero é cúmplice e coexiste, geralmente por meio da instituição implícita de uma norma branca sem deficiência (ver MCKENZIE, 2013). Em termos concretos, as filósofas e teóricas feministas que fazem essa suposição motivacional implícita desenvolvem técnicas e buscam projetos que também priorizam a categoria de gênero isoladamente de outras categorias de assujeitamento¹⁸. Assim, a crença muitas vezes não reconhecida segundo a qual o gênero é isolável de outras matrizes de poder levou a uma série de práticas conceituais, teóricas e institucionais politicamente contraproducentes e que encontraram seu caminho em esforços feministas recentes para “diversificar” a profissão da filosofia.

Considere as expressões “mulheres e outros grupos sub-representados” e “mulheres e minorias”, terminologia que foi facilmente transportada de discursos administrativos e jurídicos (como declarações de responsabilidade social corporativa, política governamental, protocolos de administração universitária, etc.) e assimilada sem crítica em discursos feministas (e outros) aparentemente concebidos para contestar e reduzir o caráter homogêneo e a composição da disciplina e da profissão da filosofia. Essas duas expressões, que foram mobilizadas principalmente por filósofas brancas heterossexuais sem deficiência, permitem-lhes ocultar sua própria especificidade - isto é, sua própria posição privilegiada em relação à profissão, a disciplina de filosofia e a subdisciplina de filosofia feminista - e, simultaneamente, reter sua posição de centralidade e primazia nos próprios discursos feministas que avançam para resistir à homogeneidade da disciplina e da profissão. Pois as únicas mulheres que (já) não estão incluídas no nebuloso desfecho das frases “mulheres e outros grupos sub-representados na filosofia” e “mulheres e minorias na filosofia” são as próprias mulheres brancas heterossexuais sem deficiência. Se quaisquer mulheres, *que não* mulheres brancas

¹⁸ O exemplo mais óbvio desse tipo de prática capacitista, supremacista branca e heterossexista na filosofia feminista é a muito divulgada Gendered Conference Campaign (GCC) que o blog Feminist Philosophers divulgou com sucesso por vários anos, até que algumas filósofas feministas se mobilizaram contra ela. Para ler o FAQ do GCC, ver BETA, 2011. Para ler outra introdução geral ao GCC, ver FEMINIST PHILOSOPHERS COLLECTIVE, 2009. Para uma petição abortada em apoio ao GCC, ver SCHLIESSER, 2012. Para um endosso e promoção muito problemático do GCC, ver NOVAES, 2011. Por causa do fracasso persistente das feministas em incorporar a deficiência em suas análises, muitas mulheres com deficiência não se identificam mais como “feministas”. Veja, por exemplo, a postagem no blog de Cohen-Rottenberg “Por que esta mulher com deficiência não se identifica mais como feminista” (2013).

heterossexuais sem deficiência, forem consideradas abrangidas pela categoria de “mulheres” usada nessas frases, então as próprias frases seriam *redundantes*. Afinal, quem são esses outros “Outros” sem nome, sem rosto e não identificados? Ou seja, parece que as mulheres brancas heterossexuais sem deficiência deveriam ser reconhecidas como as únicas mulheres englobadas na categoria de “mulheres” nas nessas expressões. Ou seja, sem mulheres brancas heterossexuais sem deficiência, a categoria de “mulheres” - que é priorizada nas frases “mulheres e outros grupos sub-representados na filosofia” e “mulheres e minorias na filosofia” - estaria *vazia*. Na verdade, parece que estas expressões – que, simultaneamente, posicionam as mulheres brancas heterossexuais sem deficiência como o paradigma das “mulheres” e eliminam o gênero de todas as outras mulheres – devem ser reconhecidas como equivalente às expressões “mulheres brancas heterossexuais sem deficiência e outros grupos sub-representados na filosofia” e “mulheres brancas heterossexuais sem deficiência e minorias na filosofia”. Além disso, por causa da vagueza furtiva das expressões “outros grupos sub-representados na filosofia” e “minorias na filosofia” – isto é, porque os referentes dessas frases raramente ou nunca são especificados ou identificados –, essas expressões passaram a ser empregadas intercambiavelmente nos discursos feministas sobre diversificação da filosofia, permitindo ocultar o fato de que, em praticamente todos os casos, a última frase - ou seja, “minorias na filosofia” - foi usada até muito recentemente (e, em alguns casos, ainda é) para se referir para filósofos de minorias racializadas apenas, não abrangendo também filósofos que estão sub-representados devido a aptidões, ao heterossexismo e à proteção de fronteira de gênero (por exemplo, ver HASLANGER [2008], 2012, 2013; ver também AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION, 2013c).

A deficiência também é rotineira e sistematicamente deixada de fora da maioria das análises filosóficas feministas interseccionais, que permanecem preocupadas e restritas às trilogias de “gênero, raça e sexualidade” e “gênero, raça e classe”. Muitas filósofas feministas receberam uma grande parte ou mesmo todo o seu treinamento filosófico em áreas e subcampos como ética e filosofia política, bioética e ciências cognitivas, nos quais concepções individualizadas e medicalizadas de deficiência são especialmente prevalentes e explícitas; assim, essas filósofas não foram informadas (e provavelmente não se informaram) sobre as concepções político-sociais de deficiência. Na verdade, poucas filósofas feministas (e outras) entendem a deficiência como um

*dispositivo*¹⁹ equivalente a e inextricável de gênero, raça, sexualidade, etnia, classe, idade e nacionalidade, entre outros eixos e redes de poder. Na filosofia feminista e em outras partes da filosofia, a deficiência (ao contrário de gênero ou raça) geralmente não é concebida como uma relação de poder social em que todos estão envolvidos; em vez disso, ainda é amplamente considerada como uma característica infeliz e politicamente neutra (propriedade patológica) que alguns indivíduos possuem e incorporam e sobre a qual há pouco, se algo, para uma filosofia feminista interseccional e politicamente informada analisar e interrogar²⁰.

Um exemplo especialmente desconcertante dessa postura teórica, discursiva e institucionalizada diz respeito ao status marginalizado e subordinado que o trabalho na filosofia feminista da deficiência é disponibilizado em “PhilPapers: Online Research in Philosophy” (n.d.),²¹ o grande e influente banco de dados de pesquisa e escrita na filosofia, que é organizado de acordo com áreas de especialização, subcampos e tópicos, os quais estão hierarquicamente dispostos, por sua vez, em uma ordem decrescente de importância, de acordo com as ideias dominantes na tradição e na disciplina sobre quais

¹⁹ Os teóricos da deficiência definem diversamente a deficiência como (entre outras coisas) uma identidade, uma posição de sujeito, uma perspectiva ou consciência de um certo tipo de sujeito e uma forma de discriminação e opressão. Quero argumentar que a deficiência é mais apropriadamente descrita como o que Foucault definiu como um *dispositivo*: como ele (1980, 194) explicou, um dispositivo é “um conjunto totalmente heterogêneo que consiste em discursos, instituições, formas arquitetônicas, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, declarações científicas, proposições filosóficas, morais e filantrópicas”.

²⁰ Assim, quando, nas raras ocasiões em que as filósofas feministas pelo menos reconheceram o papel que este eixo de complexa rede de poder deve desempenhar nas análises interseccionais - isto é, em uma lista com outras categorias como gênero, raça e classe - elas quase invariavelmente se referem ao ideal regulador naturalizado de “habilidade” (n.t.: “ability”), em vez do aparato de poder mais apropriado denominado “deficiência” (n.t.: “disability”). O exemplo mais recente dessa recusa ou pelo menos relutância em reconhecer a deficiência como dispositivo, ou seja, como uma rede complexa e complicada de poder, foi articulado em uma postagem publicada no blog Feminist Philosophers no final de agosto deste ano. A postagem, intitulada “Teaching Disability: A Resource” (MAGICALERSATZ, 2013b), solicita recursos de ensino sobre deficiência para um projeto *crowdsourcing* chamado “Disability Resources for the Philosophy Classroom” (HASLANGER, BURKE, BARNES, SAUL, HOSKING, 2013) e até mesmo incentiva a contribuição de itens que “parecem hostis e profundamente prejudiciais para pessoas com deficiência”, desde que qualquer “recurso” seja precedido de uma “advertência explícita” de que seu conteúdo “expressa ideias discriminatórias sobre deficiência” (MAGICALERSATZ, 2013b). Com certeza, alguns filósofos estão prontos e dispostos a aceitar a oferta. Veja, por exemplo, a entrada anotada para HARMAN, 2009 em “Teaching Disability”, que inclui esta isenção de responsabilidade: “Este artigo pode incomodar algumas pessoas com deficiência porque usa o termo *cura* para se referir a tornar um bebê surdo capaz de ouvir, e porque isso defende [a conclusão de que o argumento segundo o qual] a surdez não deve ser curada em bebês” exemplifica um “raciocínio ruim”. Veja HARMAN 2009, em HASLANGER, BURKE, BARNES, SAUL, HOSKING, 2013.

²¹ Em maio deste ano (n.t.: 2013), usei o SortSites Powermapper para testar a acessibilidade do banco de dados PhilPapers. O Powermapper encontrou problemas com 45% das primeiras 10 páginas do banco de dados, relatou que 4 páginas das primeiras 10 páginas têm problemas de acessibilidade e classificou o PhilPapers como “pior do que a média” no que diz respeito à acessibilidade.

são as áreas, os subcampos e os tópicos que: (1) têm a importância filosófica maior/menor; (2) têm maior/menor poder explicativo; e (3) são dotado do status mais/menos autoritário. As chamadas áreas “centrais” ou “fundamentais” da disciplina - Metafísica e Epistemologia, Teoria dos Valores, Ciência, Lógica e Matemática, História da Filosofia Ocidental e Tradições Filosóficas - são designadas como as categorias supremas do sistema e, por sua vez, outras áreas de investigação são designadas como subcategorias dessas categorias, ou subcategorias das subcategorias das categorias, ou subcategorias “folhas” das subcategorias das subcategorias das categorias. A distância de uma subcategoria em relação às categorias supremas marca a diminuição da importância, do poder explicativo e do status de autoridade das áreas de investigação que ela abrange. Quero salientar, no entanto, que a classificação de itens, estado de coisas e outros fenômenos não é um mero relato ou representação de valor neutro de diferenças objetivas, de relações e de semelhanças que aguardam descoberta e reconhecimento; pelo contrário, a classificação (e os sistemas de classificação) são *performativos* na medida em que contribuem para a constituição das próprias semelhanças, distinções, associações e relacionamentos carregados de valor que estabelece. As categorias *constitutivas* que o banco de dados “PhilPapers” usa para classificar a pesquisa e os escritos posicionam o trabalho filosófico feminista sobre a deficiência sob a rubrica de uma (sub-)categoria “folha”, a saber, “Feminismo: Deficiência”, que é subordinada à subcategoria “Tópicos de Filosofia Feminista”, uma subcategoria, por sua vez, da categoria superior de “Filosofia de Gênero, Raça e Sexualidade”, que, a seu turno, é uma subcategoria da categoria suprema da “Teoria do Valor”. No esquema do banco de dados PhilPapers, isto é, a filosofia feminista da deficiência é concebida em pé de igualdade (e similarmente posicionada em relação a) “tópicos” na filosofia feminista, como “Autonomia”, “Amor”, “Política de identidade” e “Reprodução”, em vez de equiparar-se a, ser um elemento de e relacionar-se com outras categorias políticas e discursivas formativas de identidade e de assujeitamento - como gênero, raça e sexualidade -, de maneira a ser uma categoria mais abrangente e politicamente astuta de “Filosofia de Gênero, Raça, Sexualidade e Deficiência”, à qual estaria subordinada a categoria “Temas da Filosofia Feminista”. Assim, embora a categoria superior de “Filosofia de Gênero, Raça e Sexualidade” inclua subcategorias de “Filosofia de Gênero”, “Filosofia da Raça” e “Filosofia da Sexualidade”, ela não abrange uma categoria de descendência de “Filosofia da deficiência”. Em suma, o status relegado ao trabalho da filosofia feminista da deficiência no banco de dados

PhilPapers reflete uma decisão política que serve como um mecanismo institucional e estrutural, diminuindo e até mesmo impedindo a incorporação da deficiência em uma análise interseccional, reforçando, assim, as concepções despolitizadas de deficiência e contribuindo para a marginalização e diminuição do trabalho filosófico feminista sobre deficiência dentro do campo da filosofia feminista em particular e, em geral, dentro da disciplina e da profissão da filosofia (sobre as propriedades constitutivas da classificação, ver os ensaios em DOUGLAS, HULL, GOODMAN, 1993; ver também, BOWKER, STAR, 1999).²²

As sub-sub-subcategorias “folha” de “deficiência” também podem ser encontradas em outro lugar no PhilPapers, sob a rubrica da sub-subcategoria mais ampla de “Ética Biomédica”, ao lado de e no mesmo nível de itens como “Drogas”, “Morte e morrer” e “Neuroética”, bem como sob a rubrica da sub-subcategoria de “Ética Social”, ao lado e no mesmo nível de itens como “Decepção” e “Amizade”. Ambas as sub-sub-subcategorias “folha” de “deficiência” são, em última análise, derivadas da (sub) subcategoria superior de “Ética Aplicada”, ela própria uma subcategoria da categoria suprema da “Teoria do Valor”. Meu argumento é o de que a colação da deficiência na (sub-sub-) subcategoria da Ética Biomédica reforça as concepções medicalizadas de deficiência e minimiza sua dimensão social, política, bem como sua significância discursiva, especialmente tendo em vista o quão subordinado é o posicionamento da “deficiência” dentro da base de dados como um todo. É importante, além disso, que a classificação quase exclusiva e a categorização do trabalho filosófico sobre a deficiência sob a rubrica de “Ética Biomédica” e “Ética Social” baseia-se em suposições reducionistas, de acordo com as quais as únicas afirmações filosoficamente interessantes que podem ser feitas sobre a deficiência estão dentro do reino do biomédico, bioético e ético,

²² Por três meses depois que me tornei editora de “Feminismo: Deficiência” (e outras sub-sub-subcategorias sobre deficiência), no outono de 2011, tentei convencer as editoras-chefe do PhilPapers de que o trabalho feminista sobre deficiência deveria ser reposicionado dentro do banco de dados, de forma a reconhecer sua interseccionalidade com gênero, raça e sexualidade. Esses esforços foram repetidamente rejeitados, sob a alegação de serem um reflexo de meu próprio senso inflado da importância do trabalho filosófico sobre deficiência. Como presumi que obteria apoio de colegas feministas (sem deficiência), finalmente desafiei a equipe editorial principal a abordar o assunto com a filósofa feminista que edita a categoria de “Gênero, raça e sexualidade” e as duas filósofas feministas que coeditam a subcategoria de “Tópicos da Filosofia Feminista”. Imagine minha consternação e decepção quando uma das editoras-chefes me informou, logo depois, que as três filósofas feministas haviam concordado (“por consenso”) com a equipe editorial principal que a deficiência não deveria ser posicionada no mesmo nível em relação ao gênero, raça e sexualidade no banco de dados, devendo a posição relegada no banco de dados para a qual foi inicialmente apontada. Estou surpresa que o posicionamento subordinado no banco de dados da filosofia feminista em si não tenha sido questionado.

obscurecendo o fato de que muito do trabalho feito em filosofia da deficiência se concentra em questões epistemológicas e metafísicas sobre os fenômenos (ver TREMAIN, 2010).

Para piorar a situação de candidatos a empregos que se especializam em filosofia da deficiência, os codiretores da Fundação PhilPapers transportaram a estrutura de seu sistema de classificação para outro banco de dados que desenvolveram e, agora, co-hospedam, a saber, PhilJobs: Jobs in Philosophy,²³ que se tornou o quadro de empregos mais popular para chamadas em filosofia profissional. Dadas as categorias ADE (área de especialização) e ADC (área de competência) no banco de dados do PhilJobs, portanto, os membros dos comitês de contratação são implicitamente desencorajados e até mesmo diretamente impedidos de postar anúncios que coloquem a deficiência no mesmo nível de gênero, raça e sexualidade ou que posicionem a filosofia da deficiência em outras áreas, como epistemologia, metafísica, filosofia da linguagem, dentre outras. Embora existam categorias ADE e ADC para “Filosofia de gênero” e “Filosofia da raça”, sob a bandeira de que os empregadores podem postar empregos na categoria de “Teoria do valor”, não há categorias ADC ou ADC para “Filosofia da deficiência” dentro da categoria de “Teoria do valor” em que os empregadores possam postar empregos. Em vez disso, a suposição norteadora do PhilJobs parece ser que as postagens de empregos para o trabalho filosófico sobre deficiência estão mais apropriadamente situadas no local de trabalho quando são sequestradas sob as rubricas de “Ética Biomédica” ou de “Ética Aplicada”, um sequestro capacitista que perpetua a medicalização e despolitização da deficiência dentro da filosofia; restringe como os filósofos da deficiência podem representar suas pesquisas para possíveis empregadores; restringe até que ponto os comitês de contratação podem solicitar trabalhos sobre deficiência; contribui para a

²³ Em agosto deste ano (n.t.: 2013), a Fundação PhilJobs e a APA anunciaram oficialmente uma nova parceria com relação ao site de empregos. Embora o banco de dados agora tenha um novo nome - PhilJobs: Jobs for Philosophers - ele usa as mesmas categorias ADE e ADC do PhilJobs anterior à parceria. Em outras palavras, a Filosofia da Deficiência não pode ser considerada um ADE ou ADC sob o qual os empregadores podem postar empregos. O fato de o novo banco de dados de parceria manter as categorias anteriores do PhilJobs reproduz uma discrepância flagrante em relação a como o APA trata a deficiência, uma discrepância que também existia em seu quadro de empregos pré-parceria: Jobs for Philosophers. Embora a Filosofia da Deficiência não seja nem uma ADE nem uma categoria ADC no PhilJobs, a APA reconhece a Filosofia da Deficiência como uma ADE ou ADC em seus formulários de filiação. Eu quis testar o novo banco de dados PhilJobs: Jobs for Philosophers quanto à acessibilidade para filósofos com deficiência. Então, depois que o novo banco de dados foi revelado, realizei um teste de diagnóstico nele com o SortSites Powermapper. O Powermapper encontrou problemas com 54% das primeiras 10 páginas do banco de dados PhilJobs: Jobs for Philosophers, relatou que 6 de suas primeiras 10 páginas têm problemas de acessibilidade e classificou o banco de dados como “pior que a média” no que diz respeito à acessibilidade.

diminuição e marginalização das análises filosóficas críticas da deficiência; e contribuiu para a sub-representação de filósofos com deficiência e outros filósofos da deficiência na profissão (ver PHILJOBS: JOBS FOR PHILOSOPHERS, n.d.).

A escassez de trabalhos filosóficos feministas publicados sobre deficiência que adotem uma abordagem sócio-discursiva ou sócio-política (em oposição a biomédica ou patológica) em relação aos fenômenos que cercam a deficiência também é um testemunho da difusão de suposições capacitistas e desinformadas sobre deficiência²⁴ dentro da filosofia feminista, em particular, e da disciplina mais ampla, em geral. A escassez de trabalhos sobre deficiência em publicações de filosofia feminista revisadas por pares fornece um bom exemplo. Como a chamada de artigos para esta edição do DSQ indicou, por exemplo, o principal jornal de filosofia feminista *Hypatia* publicou apenas um punhado de artigos e análises sobre deficiência entre 2002 e 2012. Este fato histórico - junto com o fato de que especialistas sobre deficiência e filósofas feministas estão sub-representadas no conselho consultivo, no conselho de editores associados e no conselho editorial da revista²⁵ - certamente problematiza comentários que uma das editoras

²⁴ Essas suposições sustentam uma analogia que a filósofa feminista Sally Haslanger (atual presidente da APA Oriental, coordenadora da WPHTF e ganhadora do Prêmio Mulher Distinta em Filosofia em 2010) fez recentemente. Para ilustrar a distinção entre “o natural” e “o social”, recorrendo às categorias cisgênero convencionais, Haslanger traçou uma analogia entre, por um lado, o controle derivado dos anticoncepcionais e, por outro lado, o controle derivado da tecnologia para prevenir ou consertar “deficiências”. Como Haslanger explicou: “Uma estratégia é observar que as diferenças físicas não são fixas. Uma diferença importante entre homens e mulheres é a capacidade (ou falta dela) de engravidar. No entanto, o controle da natalidade nos dá algum controle sobre isso, e isso teve um impacto enorme nas oportunidades das mulheres. O mesmo se aplica às deficiências. Temos a capacidade de intervir na natureza. É disso que trata a tecnologia!” Veja MIT SCHOOL OF HUMANITIES, ARTS, & SOCIAL SCIENCES, 2013.

²⁵ Apesar da falta de especialistas em filosofia feminista da deficiência no Conselho de Editores Associados da revista, os membros desse Conselho presumiram que estavam qualificados para julgar e rejeitar duas propostas de números especiais sobre deficiência que apresentei à revista nos últimos anos. Minha proposta para uma edição especial sobre deficiência, feminismo e tecnologia foi rejeitada em 2009 (“de escopo muito restrito”) e minha proposta para uma edição geral e aberta sobre filosofia feminista e da deficiência, bem como esta edição do DSQ, foi rejeitada em 2011 (“não demonstra como todos esses tópicos diferentes podem se encaixar”). Embora seja um argumento muito incomum e, na verdade, politicamente suspeito para os editores de *Hypatia*, eles poderiam alegar que, na medida em que a maior parte das submissões feitas ao seu periódico revisado por pares são submetidos a critério do autor, em vez de convidados ou solicitados, eles têm apenas uma responsabilidade limitada pela sub-representação da filosofia feminista da deficiência e do trabalho das filósofas feministas com deficiência que tem (até muito recentemente) caracterizado o cronograma de publicação da revista. Observe, no entanto, que esse raciocínio não fornece nenhuma explicação de por que o trabalho sobre a filosofia feminista da deficiência não tem sido ativamente solicitado nas chamadas para submissões para edições especiais da revista, como as recentes chamadas para submissões para edições especiais sobre os temas de “Mudança Climática”, “Outros animais” e “Cruzando Fronteiras” (entre outros). Se *Hypatia* recrutasse filósofas feministas da deficiência (e filósofas feministas com deficiência) para seus conselhos editoriais, essas filósofas feministas provavelmente motivariam o periódico a abordar algumas de suas outras políticas e práticas capacitistas, incluindo a inacessibilidade de seu site, a ausência de legendas a transcrições de vídeos e de podcasts, a inacessibilidade de suas conferências, a sub-representação de filósofas feministas com deficiência e filósofas feministas da

anteriores da revista fez na introdução a uma edição online de material de arquivo (no qual estava ausente trabalho por ou sobre filósofas feministas com deficiência ou filósofas feministas da deficiência) organizadas em torno do tema “o lugar das mulheres na profissão de filosofia”. Apesar da escassez de trabalhos sobre deficiência em edições anteriores de *Hypatia*, este editor afirmou que a revista teve “uma preocupação de longa data com a representação e com o status de mulheres e de membros de grupos minoritários [uma expressão condenada] em *nossa* profissão”, fazendo uma observação que parecia ter a intenção de abranger o trabalho sobre deficiência (CUDD, 2012; ênfase adicionada). No entanto, apenas uma semana após o amplo lançamento da chamada de artigos para esta edição especial do DSQ, *Hypatia* circulou uma chamada de artigos para uma edição especial sobre estudos feministas de deficiência e, nos seis meses seguintes, publicou vários outros artigos sobre deficiência (resultados prévios desta edição especial). Para dar outro exemplo: o conceituado *Journal of Social Philosophy* publicou recentemente uma edição especial sobre o tema “Gênero, preconceitos implícitos e metodologia filosófica” (CROUCH, SCHWARTZMAN, 2012), no qual nenhuma das contribuições se concentrou no preconceitos implícitos (muito menos gritantes e explícitos) que as filósofas com deficiência ou as filósofas feministas da deficiência enfrentam, embora uma das contribuições para a questão tenha feito uma referência passageira a “habilidades” em uma lista de “diferenças” humanas.

O trabalho filosófico feminista sobre deficiência também foi amplamente excluído das mais populares coletâneas editadas e antologias de filosofia e teoria feministas, todas as quais, de outra forma, avançaram na representação de várias dimensões da “diversidade” dentro da filosofia e das teoria feministas. Por exemplo, “*Theorizing Feminisms: A Reader*” (2005), editado por Elizabeth Hackett e Sally Haslanger, tem mais de 590 páginas e é composta por 55 artigos reimpressos, apenas 1 (1,8%) dos quais é sobre deficiência e foi escrito por uma filósofa feminista com deficiência. Outro exemplo: “*The Feminist Philosophy Reader*” (2007), editado por Alison Bailey e Chris Cuomo, tem mais de 900 páginas e é composto por 59 artigos reimpressos, dos quais apenas 1 (1,7%) é sobre deficiência e foi escrito por uma filósofa feminista com deficiência. E, finalmente, “*Philosophy and Gender*” (2011), uma coleção de quatro volumes editada por Cressida

deficiência em seus programas de conferências, e assim por diante. Em maio deste ano (n.t.: 2013), usei o SortSites Powermapper para testar a acessibilidade do site da *Hypatia*. O Powermapper encontrou problemas de acessibilidade em 81% das primeiras 10 páginas do site e classificou o site como “pior que a média” no que diz respeito à acessibilidade.

Heyes, tem mais de 1.500 páginas e é composta por 75 artigos reimpressos, dos quais apenas 1 (1,3%) é sobre deficiência e foi escrito por uma filósofa feminista com deficiência.

Até agora, a lista de queixas em relação à injustiça epistêmica e ignorância epistemológica que filósofas feministas com deficiência e filósofas feministas da deficiência confrontam dentro da subdisciplina da filosofia feminista, em particular, e na disciplina e profissão da filosofia, em geral, deve parecer quase infinita. Eu não deveria ter que apontar que os fatores que eu identifiquei - que são materiais, estruturais, discursivos e institucionais - excedem o escopo das análises sobre preconceitos implícitos e ameaças de estereótipos com as quais as discussões da desigualdade (de gênero) dentro da filosofia feminista e a profissão e disciplina de filosofia, de forma mais ampla, tornaram-se preocupadas. Também pouparei meus leitores de uma discussão sobre a generalizada falta de atenção à deficiência no planejamento e na composição de outras conferências, reuniões e workshops de filosofia (não APA ou quase APA), com exceção de um notável evento recente.

Em maio deste ano²⁶, o Comitê APA para o Estatuto da Mulher na Filosofia (CSW) e o Grupo de Trabalho Mulheres na Filosofia (WPHTF), em colaboração com outros órgãos de influência dentro da APA (Comitê de Inclusão, APA nacional, Divisão do Pacífico, Comitê sobre o Status dos Negros na Filosofia) e com a Universidade de Dayton realizaram uma conferência de três dias cujo tema foi “Diversidade na Filosofia”. Nenhuma das três filósofas feministas que organizaram a conferência (todas as três são mulheres brancas heterossexuais sem deficiência), nem qualquer um dos vários filósofos que eram membros do comitê do programa, nem qualquer uma das várias pessoas que foram oradores convidados é um especialista na filosofia da deficiência²⁷. Mais uma vez,

²⁶ N.t.: 2013.

²⁷ Foi desanimador, embora, novamente, não surpreendente, que tantas filósofas feministas elogiassem a conferência no Facebook e em blogs de filosofia, tanto durante quanto imediatamente após sua realização, não reconhecendo ou minimizando a importância da forma como filósofos com deficiência e filósofos da deficiência foram virtualmente excluídos da conferência: “incrível”, “sucesso incrível!”, “maravilhoso”, “um sucesso completo”. O que foi ainda mais desanimador foi a resposta hostil que recebi de um dos organizadores da conferência, em comentários sobre um desses posts do Facebook, quando notei a inacessibilidade do local da conferência. Além disso, em junho deste ano, o Presidente anterior da APA CSW, postou um comentário na lista de e-mails do FEAST com a intenção de refutar minhas objeções neste parágrafo da minha introdução (eu havia postado uma versão anterior deste parágrafo em três listas de discussão de filosofia durante a semana anterior ao início de junho de 2013). Entre outras coisas, o presidente da CSW postou um link para a lista esquelética de recomendações para conferências acessíveis, que apareceu no blog Feminist Philosophers (ver nota de rodapé 7). Suponho que a então presidente da CSW não achou estranho que ela fosse obrigada a consultar um blog não pertencente à APA para fornecer evidências de que a APA co-organiza conferências acessíveis; ou seja, que a APA (e seus representantes)

os conhecimentos subjugados, afirmações argumentativas e as perspectivas de filósofos com deficiência e de filósofos da deficiência não foram considerados centrais para – bem como *vitais* para – análises interseccionais na filosofia feminista; às concepções de “diversidade” e inclusão que circulam na profissão; a discussão de como promover um currículo de filosofia expansivo; ou à consideração de como melhorar as condições de trabalho na profissão. Não houve, igualmente, qualquer indicação, na chamada inicial de artigos para a conferência - que circulou em vários blogs, listas de e-mails e outras mídias sociais e foi postada no site do CSW²⁸ -, se interpretação em ASL, serviço de legenda em tempo real, serviços de atendimento ou outros serviços de acessibilidade estariam disponíveis no evento ou quais procedimentos os possíveis apresentadores com deficiência deveriam seguir para solicitar providências (embora, entre outras coisas, a chamada inicial indicasse que o PowerPoint estaria disponível para o benefício de pessoas com visão). Na verdade, só depois que chamei a atenção para a ironia desse estado de coisas em uma lista de e-mails de filosofia feminista, apontando como o próprio texto da convocação de artigos em si mostrava que a deficiência (assim como a sexualidade) havia sido acrescentada a uma conceitualização anterior, mais homogênea, da conferência, foi que a chamada inicial no site da CSW foi revisada para indicar que o programa incluiria um painel sobre deficiência e acessibilidade (posteriormente redesenhado como um painel sobre deficiência e filosofia) e que os requisitos de acessibilidade iriam ser disponibilizado mediante solicitação, com instruções fornecidas sobre quem contatar para tomar essas providências. Em suma, não houve envolvimento de filósofos com deficiência ou filósofos da deficiência, seja como organizadores, apresentadores ou participantes engajados no design e no planejamento da conferência *desde o início*, uma forma de quarentena que reforça os preconceitos prevalentes sobre quem é considerado um filósofo e o que conta como filosofia, como os filósofos devem conceber a “diversidade” na profissão e na disciplina e o que os filósofos exigem para fazer seu trabalho, enquanto simultaneamente reproduzem a relação assimétrica de privilégio e

não podem fornecer evidências disso em seu próprio site. Entretanto, a “Representante da Deficiência” da APA não fez qualquer intervenção nesta discussão pública, nem me acompanhou pessoalmente em minhas críticas à conferência, nem o fez em qualquer momento nos mais de cinco anos em que desempenhou esse papel dentro da APA ou respondeu/acompanhou qualquer uma de minhas (repetidas) críticas à APA com relação à sua falha em representar ou defender adequadamente seus membros com deficiência ou filósofos com deficiência em geral.

²⁸ Em maio deste ano (n.t.: 2013), usei o SortSites Powermapper para testar a acessibilidade do site CSW. O Powermapper descobriu que 72% do site tem problemas de acessibilidade. O Powermapper classificou o site CSW como “pior que a média” no que diz respeito à acessibilidade.

subordinação entre filósofos sem deficiência e com deficiência que circula – e na verdade, é institucionalizado - na filosofia feminista e na disciplina mais ampla da filosofia.

Melhorar a Teoria e a Filosofia Feminista ao levar em consideração a deficiência intervém nesta conjuntura crítica, temporal, material, discursiva, institucional e profissional para empurrar os limites da filosofia feminista e dominante em várias novas direções. Cada um dos artigos incluídos na edição faz uma contribuição inovadora para o surgimento da filosofia feminista da deficiência. Tomados em conjunto, os artigos demonstram que as relações entre a marginalização da filosofia da deficiência dentro da filosofia feminista e da corrente principal, a sub-representação de filósofos com deficiência (independentemente de gênero ou raça) dentro da profissão da filosofia e o status subordinado das pessoas com deficiência na sociedade em geral são mutuamente constitutivos e se apoiam mutuamente, emaranhados e entrelaçados. As nove contribuições poderosas para o problema estão organizadas em três seções.

Na primeira seção, Maeve O'Donovan, Ashley Taylor e Melanie Yergeau interrogam vários discursos que têm ganhado cada vez mais influência dentro da filosofia para argumentar que esses discursos e as áreas de investigação que investigam têm efeitos deletérios para as pessoas com deficiência. O'Donovan o número com uma crítica incisiva de afirmações feitas no domínio da psicologia evolucionista e as críticas feministas direcionadas a elas. O'Donovan mostra que as afirmações da psicologia evolucionista naturalizam várias formas de opressão social - incluindo o capacitismo - e que as críticas feministas a essas afirmações continuam a ignorar a naturalização das relações sociais de poder que produzem a deficiência. Ashley Taylor considera as críticas à teoria da justiça de John Rawls que os filósofos da deficiência articularam recentemente. Em um tratamento comedido e simpático dessas críticas, Taylor baseia-se no trabalho de Judith Butler sobre a “violência normativa” para mostrar por que elas são, não obstante, insatisfatórias. Melanie Yergeau confronta afirmações feitas na ciência cognitiva e na filosofia da mente, segundo as quais as pessoas autistas carecem de uma teoria da mente (TdM). Yergeau argumenta que essas afirmações equivalem a ataques à humanidade de pessoas autistas e devem ser reconcebidas como apelos por uma teoria da guerra (TdG).

A contribuição de Melinda Hall para o número fornece uma ponte entre essas discussões de debates filosóficos atuais e emergentes e artigos de Jane Dryden e Kelly Fritsch, que voltam nossa atenção para a história da filosofia. No artigo animado de Hall, ela usa o trabalho de Michel Foucault sobre o testemunho do especialista em psiquiatria

de meados do século XX, em sua obra seminal “Anormais”, para minar os argumentos que transhumanistas influentes como Julian Savulescu e Nick Bostrom avançam atualmente. Dryden revisita a escrita de Georg Wilhelm Friedrich Hegel a fim de mostrar que uma análise mais detalhada da deficiência na história da filosofia pode servir para abrir interpretações provocativas e frutíferas de textos filosóficos. Essas novas leituras da tradição filosófica podem, Dryden argumenta, oferecer às filólogas feministas da deficiência e a outros estudiosos da deficiência novas maneiras de conceituar o fenômeno da deficiência. Da mesma forma, Fritsch nos pede que consideremos como os escritos de Theodor Adorno sobre “lógica identitária” e “dialética negativa” poderiam permitir discussões sobre o corpo dentro da filosofia feminista da deficiência e impedir fenômenos como o onipresente Símbolo Internacional de Acesso (ISA) que limitam as possibilidades indisciplinadas e subversivas de deficiência. Além disso, uma filosofia feminista da deficiência informada pelo trabalho de Adorno poderia, Fritsch argumenta, resistir à dominação total e ao sofrimento que o capitalismo impõe.

Acesso e movimento também motivam o argumento poético de Heather Rakes para a responsabilidade com a interseccionalidade – por meio da deficiência, da raça, da sexualidade, do gênero, da nação e de outros eixos - na filosofia e na teoria feminista e na prática feminista. Rakes usa os escritos de Eli Clare e Aimee Carrillo Rowe para indicar a forma que a prática da filosofia feminista deve assumir a fim de prestar contas a pessoas em posições sociais subordinadas. Questões de responsabilidade ocupam o centro do palco na discussão de Sami Schalk sobre metáforas capacitistas nos textos feministas de bell hooks e Tania Modleski. Schalk argumenta que o uso de “metáforas capacitistas estendidas” nos textos dessas feministas mina seus projetos feministas professados. Para apresentar seus argumentos, Schalk se baseia nos insights sobre a linguagem capacitista que os teóricos da deficiência, como Vivian May e Beth Ferri, Amy Vidali, Jay Dolmage e Tanya Titchkosky, produziram. Configurações e questões de responsabilidade também estão em primeiro plano na contribuição de Aimi Hamraie para o número, o último artigo neste conjunto de três artigos que desafiam filólogas feministas e teóricas feministas a considerar mais criticamente o “modelo normatizado” que sustenta as suposições excludentes sobre privilégio, opressão, inclusão e diversidade e que questionam até que ponto eles são responsáveis pelos danos materiais, corporificados, discursivos e sistêmicos que essas suposições produzem. Hamraie desenvolveu o termo “modelo normatizado” para significar o protótipo normativo que é assumido no design de

ambientes construídos e, além disso, recapitulado em muitas das críticas feministas feitas à teoria do design convencional.

Uma edição de periódico com este escopo e qualidade só é possível com a assistência gentil e colegial de muitas pessoas. Recebi mais de trinta contribuições em resposta à chamada de artigos que circulou em vários fóruns no início e meados de 2012. Por sua vez, enviei cada submissão a pelo menos dois revisores anônimos. São muitos críticos! Alguns dos revisores estavam tão politicamente comprometidos com os objetivos e metas do número que revisaram mais de uma submissão a ele. De fato, vários autores (nem todos os trabalhos foram incluídos na edição) comentaram sobre o grande cuidado e atenção que os revisores de seu trabalho deram a ele. Quero, portanto, agradecer publicamente a assistência dessas pessoas que ajudaram a realizar este número especial do DSQ. Alguns deles atuaram como revisores de submissões; alguns revisores recomendados; e alguns deles ofereceram outros conselhos valiosos sobre o número: Samantha Brennan, Berit Brogaard, Brenda Brueggemann, Mary Bunch, Mel Chen, Vera Chouinard, Catherine Clune-Taylor, Theodora Danylevich, Lennard Davis, Jay Dolmage, Jane Dryden, Marcy Epstein, Nirmala Erevelles, Beth Ferri, Helen Fielding, Ann Fox, Kelly Fritsch, Rebecca Garden, Sara Gavrell, Namita Goswami, Michael Gill, Sarah Hansen, Huhana Hickey, Kimberley Hutchings, Ada Jaarsma, Carrie Ichikawa Jenkins, Petra Koppers, Cynthia Liewecki-Wilson, Alice MacLachlan, Carol Marfisi, Kristin McCartney, Ladelle McWhorter, Martha Muzychka, Mechtild Nagel, Andrea Nicki, Maeve O'Donovan, Christine Overall, Therí Alyce Perkins, Margaret Price, Komarine Romdenh-Romluc, Naomi Scheman, Margrit Shildrick, Alexis Shotwell, Tanya Titchkosky, David Wasserman, Talia Welsh, Eric Winsberg, Melanie Yergeau.

Agradecimentos especiais são devidos a estes queridos amigos, colegas e camaradas que felizmente recomendaram recursos para esta introdução, gentilmente leram e ofereceram feedback sobre seções de rascunhos anteriores, ou muito generosamente leram e comentaram sobre rascunhos inteiros: Jane Dryden, Jay Dolmage, David Hyder, Tracy Isaacs, Stephanie Kerschbaum, Ladelle McWhorter, Nathaniel AT Coleman, Michael Gillan Peckitt e Jesse Prinz. Também quero agradecer a Bruce Henderson, editor-chefe do DSQ, e a Laura Seeger, coordenadora de produção editorial da Ohio State University, pela ajuda que forneceram nas etapas finais de produção desta edição. Por último, mas certamente não menos importante, quero transmitir minha profunda admiração e apreço aos autores incluídos nesta edição do DSQ por seus insights

pioneiros e subversivos, sua devoção ao projeto, sua cooperação e respeito pelos prazos que impus sobre eles, e sua paciência e até mesmo aceitação ansiosa das repetidas exigências editoriais que eu fiz deles.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. 2012. "Philosophy's Civil Wars." Presidential Address at the 2012 Meeting of the Eastern Philosophical Association. Available at: <http://alcoff.com/2012-american-philosophical-association-presidential-address>.

Accessed on: March 15, 2013.

AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION. n.d. Available at: <http://www.apaonline.org/>. Accessed on: August 4, 2013.

AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION. 2013a. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association: Central Division Program* 86 (3).

———. 2013b. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association: Pacific Division Program* 86 (4).

———. 2013c. "Minorities in Philosophy." Available at: <http://www.apaonline.org/?page=data>. Accessed on: July 1, 2013.

AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION PACIFIC DIVISION. n.d. "Requests for Accommodation Under the ADA." Available at: http://www.apaonline.org/members/group_content_view.asp?group=110424&id=210881. Accessed on July 31, 2013.

AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION PACIFIC DIVISION. April 2012. "Statement of Diversity." Available at: http://www.apaonline.org/members/group_content_view.asp?group=110424&id=210635 Accessed on July 31, 2013.

———. 2012a. "2012 APA Pacific Division Meeting Demographic Survey Summary Results." Available at: <http://c.ymcdn.com/sites/www.apaonline.org/resource/group/bf785b0d-eb59-41f8-9436-1c9c26f50f8e/demographics.2012.pdf>. Accessed on: July 31, 2013.

———. 2012b. "2012 APA Pacific Division Meeting Demographic Survey Summary Results Gender Crosstab." Available

at: <http://c.ymcdn.com/sites/www.apaonline.org/resource/group/bf785b0d-eb59-41f8-9436-1c9c26f50f8e/demographicsxgender.2012.pdf>. Accessed on: July 31, 2013.

———. 2013a. "APA Pacific Division Meeting Demographic Survey." Available at: <http://c.ymcdn.com/sites/www.apaonline.org/resource/group/bf785b0d-eb59-41f8-9436-1c9c26f50f8e/demographics.2013.pdf>. Accessed on July 31, 2013.

———. 2013b. "2013 APA Pacific Division Meeting Demographic Gender Crosstabs." Available at: <http://c.ymcdn.com/sites/www.apaonline.org/resource/group/bf785b0d-eb59-41f8-9436-1c9c26f50f8e/demographicsxgender.2013.pdf>. Accessed on: July 31, 2013.

AUSTRALASIAN ASSOCIATION OF PHILOSOPHY. 2007. "Improving the Participation of Women in the Philosophy Profession (IPWPP). Available at: <http://aap.org.au/Womeninphilosophy>. Accessed on March 15, 2013.

BAILEY, Alison, and Chris Cuomo, eds. 2007. *The Feminist Philosophy Reader*. Boston: McGraw-Hill.

beta. 2011. "Gendered Conference Campaign FAQ." *Feminist Philosophers* blog. Available at: <http://feministphilosophers.wordpress.com/2011/09/03/gcc-faq/>. Accessed on: March 26, 2013.

BETT, Richard. 2012. "Letter from the Secretary-Treasurer." *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association: Eastern Division Program* 86 (1).

BOWKER, Geoffrey C., and Susan Leigh Star. 1999. *Sorting Things Out: Classification and Its Consequences*. Cambridge, MA: The MIT Press.

BROGAARD, Berit. 2013a. "Why 'Blind Alley,' 'Blind Faith,' and 'Blind Refereeing' May Be Offensive." *New APPS: Art, Politics, Philosophy, Science* blog. Available at: <http://www.newappsblog.com/2013/09/why-blind-alley-blind-faith-and-blind-refereeing-may-be-offensive.html#more>. Accessed on: September 20, 2013.

———. 2013b. "Pants on Fire. Being Turned Down Is Far Too Easy." *New APPS: Art, Politics, Philosophy, Science* blog. Available at: <http://www.newappsblog.com/2013/06/pants-on-fire-being-turned-down-is-far-too-easy.html>. Accessed on: June 19, 2013.

COHEN-ROTTENBERG, Rachel. July 30, 2013. "Why this Disabled Woman No Longer Identifies as a Feminist." *Disability and Representation: Changing the Cultural*

Conversation blog. Available at: <http://www.disabilityandrepresentation.com/2013/07/30/why-this-disabled-woman/>. Accessed on: August 3, 2013.

COMMITTEE ON DISABILITY ISSUES IN COLLEGE COMPOSITION (CDICC) and the Computers & Composition Digital Press (CCDP), National Council of Teachers of English. n.d. *Composing Access*. Available at: <http://composingaccess.net/>. Accessed on: April 19, 2013.

COMMITTEE ON DISABILITY ISSUES IN THE PROFESSION. n.d. Modern Languages Association (MLA). Available at: http://www.mla.org/comm_disability. Accessed on: April 26, 2013.

CONNOR, David. 2012. "Does Dis/ability Now Sit at the Table(s) of Social Justice and Multicultural Education? A Descriptive Survey of Three Anthologies." *Disability Studies Quarterly* 32 (2). Available at <http://dsq-sds.org/>. Accessed on March 6, 2013.

COOK, Kevin. June 9, 2013. "At the Ivies, It's Still White on Top." *The Chronicle of Higher Education* online. Available at: <http://chronicle.com/article/At-the-Ivies-Its-Still-White/139643/>. Accessed on: June 11, 2013.

CROUCH, Margaret A., and Lisa H. Schwartzman, eds. 2012. *Gender, Implicit Bias, and Philosophical Methodology: Special Issue of Journal of Social Philosophy* 43 (3):205-362.

CUDD, Ann. 2012. Introduction. *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy*. Virtual Issue: "The Place of Women in the Profession of Philosophy." Available at: http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/%28ISSN%291527-2001/homepage/introduction_hypatia_essays_on_the_place_of_women_in_the_profession_of_philosop.htm. Accessed on March 6, 2013.

DAVIS, J. Lennard. 2011. "Why is Disability Missing from the Discourse on Diversity?" *The Chronicle of Higher Education*. September 25. Available at: <http://chronicle.com/article/Why-Is-Disability-Missing-From/129088/>. Accessed on March 6, 2013.

DE CRUZ, Helen. 2013a. "Are Philosophers More Biased Than Other Academics?" *New APPS: Art, Politics, Philosophy, Science* blog. Available at: <http://www.newappsblog.com/2013/03/are-philosophers-more-biased-than-other-academics.html#more>. Accessed on March 10, 2013.

———. 2013b. "Is Philosophy Especially Plagued by Sexual Harassment?" *New APPS: Art, Politics, Philosophy, Science* blog. Available at: <http://www.newappsblog.com/2013/06/is-philosophy-especially-plagued-by-sexual-harassment.html>. Accessed on" June 6, 2013.

DISABLED PHILOSOPHERS blog. n.d. Available at: <http://disabledphilosophers.wordpress.com/>. Accessed on August 4, 2013.

DOLMAGE, Jay. 2006. "Inviting Disability in the Front Door." In *Disability and the Teaching of Writing: A Critical Sourcebook*, edited by Brenda Brueggemann, Cynthia Lewiecki-Wilson, and Jay Dolmage 14-27. Boston: Bedford St. Martin's.

———. 2013. *Disability Rhetoric*. Syracuse: Syracuse University Press.

DOUGLAS, Mary, David Hull, and Nelson Goodman, eds. 1993. *How Classification Works: Nelson Goodman Among the Social Sciences*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

DUNN, Sydni. April 29, 2013. "Federal Office and Consortium Team Up to Increase Academic Hiring of People with Disabilities." *The Chronicle of Higher Education Online*. Available at: http://chronicle.com/article/AgencyConsortium-Seek-to/138897/?cid=at&utm_source=at&utm_medium=en. Accessed on: April 30, 2013.

EXECUTIVE COMMITTEE OF THE AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION PACIFIC DIVISION. 2011. *Program Review Report, 2004-2011*. Available at: http://c.ymcdn.com/sites/www.apaonline.org/resource/group/bf785b0d-eb59-41f8-9436-1c9c26f50f8e/program_review_report.2004-1.pdf. Accessed on August 16, 2013.

FEMINIST PHILOSOPHERS COLLECTIVE. 2009. "Gendered Conference Campaign." *Feminist Philosophers* blog. Available at: <http://feministphilosophers.wordpress.com/gendered-conference-campaign/>. Accessed on: March 26, 2013.

FOUCAULT, Michel. 1980. "The Confession of the Flesh." In *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*, edited by Colin Gordon, 194-228. NY: Pantheon Books.

FINE, Michelle, and Adrienne Asch, eds. 1988. *Women with Disabilities: Essays in Psychology, Culture and Politics*. Philadelphia: Temple University Press.

GINES, Kathryn T. 2011. "Being a Black Woman Philosopher: Reflections on Founding the Collegium of Black Women Philosophers." *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy* 26(2): 429-43.

HACKETT, Elizabeth, and Sally Haslanger, eds. 2005. *Theorizing Feminisms: A Reader*. Oxford: Oxford University Press.

HARMAN, Elizabeth. 2009. "'I'll Be Glad I Did It' Reasoning and the Significance of Future Desires." *Philosophical Perspectives*.

HASLANGER, Sally. [2008] 2012. "Changing the Ideology and Culture of Philosophy: Not by Reason Alone." *Hypatia : A Journal of Feminist Philosophy* 23 (2): 210-223. Reprinted in Virtual issue: "*Hypatia* Essays on the Place of Women in the Profession of Philosophy" Available at: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1527-2001.2008.tb01195.x/full>. Accessed on: April 3, 2013.

———. September 2, 2013. "Women in Philosophy? Do the Math." *New York Times*. Available at: <http://opinionator.blogs.nytimes.com/2013/09/02/women-in-philosophy-do-the-math/>. Accessed on: September 3, 2013.

HASLANGER, Sally, Teresa Blankmeyer Burke, Elizabeth Barnes, Jennifer Saul, and Katya Hosking. 2013. "Disability Resources for the Philosophy Classroom." Available at: <https://docs.google.com/document/d/1xQ14Mb2qoNo1sXPKBp7OaXOC8BG5MFYdgOdracJQyQU/edit?pli=1>. Accessed on: August 20, 2013.

HEYES, Cressida J. 2011. *Philosophy and Gender*. Volumes I-IV. New York and London: Routledge.

HUTCHISON, Katrina, and Fiona Jenkins. Forthcoming. *Women in Philosophy: What Needs to Change?* New York and Oxford: Oxford University Press.

JUMP, Paul. 2013. "Male Domination of Philosophy 'Must End'." *Times Higher Education*. 7 March 2013. Available at: <http://www.timeshighereducation.co.uk/news/male-domination-of-philosophy-must-end/2002324.article>. Accessed on March 7, 2013.

LEITER, Brian. 2013. "10th Anniversary of the Blog." *Leiter Reports: A Philosophy Blog*. Available at: <http://leiterreports.typepad.com/blog/2013/08/10th-anniversary-of-the-blog.html>. Accessed on: August 18, 2013.

LOPES, Dominic McIver. 2013. "Letter from the Secretary-Treasurer." *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association: Pacific Division Program* 86(4):2-6.

magicalersatz. 2011. "Accessible Conferences — Where to Start?" *Feminist Philosophers* blog. Available at: <http://feministphilosophers.wordpress.com/2011/08/29/accessible-conferences-where-to-start/>. Accessed on: July 1, 2013.

———. 2013a. "New Listserv for Philosophers with Psychological Disabilities." *Feminist Philosophers* blog. Available at: <http://feministphilosophers.wordpress.com/2013/06/18/new-listserv-for-philosophers-with-psychological-disabilities/>. Accessed on: August 25, 2013.

———. 2013b. "Teaching Disability: A Resource." *Feminist Philosophers* blog. Available at: <http://feministphilosophers.wordpress.com/2013/08/19/teaching-disability-a-resource/#comments>. Accessed on: August 20, 2013.

MATTHEN, Mohan. 2013. "The Niquab and Dr McGurk." *New APPS: Art, Politics, Philosophy, Science* blog. Available at: <http://www.newappsblog.com/2013/09/the-niqab-and-dr-mcgurk.html#more>. Accessed on: September 4, 2013.

MCKENZIE, Mia. May 28, 2013. "The Myth of Shared Female experience and How It Perpetuates Inequality." *Black Girl Dangerous*. Available at: <http://blackgirldangerous.org/new-blog/2013/5/13/the-myth-of-shared-female-experience>. Accessed on: May 30, 2013.

MIT School of Humanities, Arts, & Social Sciences. "What is 'natural' and what is 'social'? Q&A Interview with MIT Philosopher Sally Haslanger," February 2013. Available at: <http://shass.mit.edu/news/news-2013-qa-mit-philosopher-sally-haslanger>. Accessed March 3, 2013.

MITCHELL, David T., and Sharon L. Snyder. 2001. *Narrative Prosthesis: Disability and the Dependencies of Discourse*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

NORLOCK, Kate. 2009. "Love to count: Arguments for Inaccurately Measuring the Proportion of Philosophers Who Are Women." *APA Newsletter on Feminism and Philosophy* 8 (2): 6-9. <http://c.ymcdn.com/sites/www.apaonline.org/resource/collection/d03ebdab-82d7-4b28-b897->

c050fdc1acb4/v08n2Feminism.pdf?hhSearchTerms=Love+and+to+and+count+and+Arguments+and+for+and+Inaccurately+and+Measurin.

———. "Women in Philosophy in the US." In the *Program Review Report, 2004-2011* by the Executive Committee of the American Philosophical Association Pacific Division. Available at: http://c.ymcdn.com/sites/www.apaonline.org/resource/group/bf785b0d-eb59-41f8-9436-1c9c26f50f8e/program_review_report.2004-1.pdf. Accessed on August 16, 2013.

NOVAES, Catarina Dutilh. 2011. "Why a Gendered Conference Campaign and Not a Race/Disability Conference Campaign?" *New APPS: Art, Politics, Philosophy, Science* blog. Available at: <http://www.newappsblog.com/2011/12/why-a-gendered-conference-campaign-and-not-a-racedisabled-conference-campaign-.html>. Accessed on: August 15, 2013.

PhilPapers: Online Research in Philosophy. n.d. Available at: <http://philpapers.org/>. Accessed on: August 4, 2013.

PhilJobs: Jobs for Philosophers. n.d. Available at: <http://philjobs.org/jobs>. Accessed on: August 12, 2013.

PECKITT, Michael Gillan. n.d. *The Limping Philosopher* blog. Available at: <http://thelimpingphilosopher.wordpress.com/>. Accessed on: August 4, 2013.

PRICE, Margaret. 2011. *Mad at School: Rhetorics of Mental Disability and Academic Life*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

SCHLIESSER, Eric. 2012. "Professional Academic Philosophers: Actively Support the Gendered Conference Campaign." Available at: <http://www.change.org/petitions/professional-academic-philosophers-actively-support-the-gendered-conference-campaign>. Accessed on: September 20, 2013.

SHELBY, Tommie. 2005. *We Who Are Dark: the Philosophical Foundations of Black Solidarity*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

SHEN, Helen. 2013. "Inequality Quantified: Mind the Gender Gap." *Nature* 495 (7439) March 6, 2013. Available at <http://www.nature.com/news/inequality-quantified-mind-the-gender-gap-1.12550>. Accessed on March 8, 2013.

Smith, Robin. 2013. "Letter from the Secretary-Treasurer." *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association: Central Division Program* 86 (3):1-8.

SORTSITES. Powermapper. Web Site Accessibility Testing Tool. n.d. Available at: <http://www.powermapper.com/products/sortsite/ads/acc-accessibility-testing.htm?gclid=CPm2x8e8mLcCFcNaMgodMHwASA>. Accessed on: May 20, 2013.

STEM Disability Committee. n.d. Available at: <http://www.stemdisability.org.uk/default.aspx>. Accessed on: May 4, 2013.

TREMAIN, Shelley. 2006. "Reproductive Freedom, Self-regulation, and the Government of Impairment In Utero." *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy* 21 (1):35-53.

———. 2010. "Biopower, Styles of Reasoning, and What's Still Missing From the Stem Cell Debates." *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy* 25 (3):577-609.

———. Forthcoming. *Foucault and (A) Feminist Philosophy of Disability*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.